



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 134/11

Objeto: Prestação de serviços continuados na área de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, em prédios administrativos da Câmara dos Deputados.

Valor Total Estimado: R\$ 8.132.303,59 (oito milhões, cento e trinta e dois mil, trezentos e três reais e cinquenta e nove centavos).

Local (sítio da Internet): <http://www.comprasnet.gov.br>

UASG: 10001

Data e horário	Procedimento
21/07/2011	- Divulgação do Pregão, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União, no "Jornal Correio Braziliense", editados em Brasília-DF e nos sítios eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.camara.gov.br . - Início do cadastramento eletrônico de propostas.
03/08/2011 às 10h	Abertura da sessão pública do Pregão, envolvendo: a) abertura e classificação das propostas eletronicamente cadastradas e formuladas em perfeita consonância com as especificações e condições previstas neste Edital; b) divulgação do valor da proposta de menor preço, vedada a identificação da respectiva proponente; c) abertura da disputa de preços.

Informações Adicionais:

Telefones: (61) 3216-4905, 3216-4907 e 3216-4920.

Fax: (61) 3216-4915

Endereço eletrônico: cpl@camara.gov.br

Endereço: Câmara dos Deputados
Comissão Permanente de Licitação
Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1408, Brasília – DF
CEP: 70160.900

- Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.
- A formalização de pedidos de esclarecimentos e de petições de impugnações ao Ato Convocatório deverá ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@camara.gov.br.
- CNPJ da Câmara dos Deputados: **00.530.352/0001-59**
- Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC), Excel (extensão .XLS), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).



ÍNDICE DO EDITAL

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.....	3
2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO	4
4. DA PROPOSTA	5
5. DA ABERTURA DA SESSÃO	6
6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
7. DOS LANCES	6
8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA NEGOCIAÇÃO.....	7
9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	8
10. DA HABILITAÇÃO.....	9
11. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO	11
12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL.....	12
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12
14. DO FORO.....	14

Anexos.....	Página
1. TERMO DE REFERÊNCIA E CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES.....	15
2. DA CONTRATAÇÃO	37
3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	47
4. MODELO DA PROPOSTA COMPLETA	51
5. ORÇAMENTO ESTIMADO	64
6. MODELO DOS ARQUIVOS	81
7. TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL	83
8. MINUTA DO CONTRATO	88



A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara dos Deputados, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado, e tendo em vista o que consta do Processo n. 106.228/11, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão, do tipo "MENOR PREÇO", na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos; pela Lei 10.520, de 2002; pelo Decreto 5.450, de 2005; pela Portaria n. 1 de 2003, da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados; pela Lei Complementar 123, de 2006; pelo REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, doravante designado como "REGULAMENTO", aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7 de junho de 2001, e publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2001; e pela Lei 8.666, de 1993, no que couber.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente PREGÃO é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados na área de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, em prédios administrativos da Câmara dos Deputados, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas neste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, por meio do envio da petição ao Pregoeiro exclusivamente pelo endereço eletrônico citado na página 1.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de vinte e quatro horas, contadas de seu recebimento.

2.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, caso advenha eventual modificação do Edital que afete a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

2.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública exclusivamente pelo endereço eletrônico citado na página 1.

2.3. As respostas dadas aos esclarecimentos, omitidos os nomes das consulentes serão disponibilizadas em campo próprio do sistema e também na página <http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>.



3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio da Internet <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara dos Deputados responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Serão reputadas como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados em nome da licitante.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

- a) empresário ou sociedade empresarial suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário ou sociedade empresarial declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário ou sociedade empresarial impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- g) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em



comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

- h) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) servidor ou parlamentar da Câmara dos Deputados;
- j) cooperativas de mão-de-obra, com base no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, conforme disposto no Anexo n. 7 deste Edital.

4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta deve ser registrada no sistema até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública do pregão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.1.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que até a data de cadastramento eletrônico da proposta, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.1.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.1.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que a proposta apresentada para a presente licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n. 2 de 16 de setembro de 2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP.

4.1.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.2. Durante a fase de recebimento de propostas, a licitante poderá incluir, alterar ou excluir a sua proposta.

4.3. O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico deverá(ão) incluir todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para prestação dos serviços objeto desta licitação para a Câmara dos Deputados, em Brasília.



4.4. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.5. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para registro no SICAF.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sítio da Internet indicados na primeira página deste Edital.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema.

5.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. O critério a ser utilizado para a classificação das propostas será o de **menor preço global anual para o item único**.

7. DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão oferecer lances sucessivos para o item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas, em tempo real, do seu recebimento, do horário do registro e do valor ofertado.

7.1.1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.3. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste Edital.



7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

7.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

7.8. O Pregoeiro encerrará a primeira fase da etapa de lances e informará a duração do tempo de iminência, que poderá ser de 1 a 60 minutos.

7.9. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, terá início o período de tempo aleatoriamente determinado pelo sistema, que poderá ser de até 30 minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste Edital, ser considerada vencedora.

8.1.2. Não tendo sido considerada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista neste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III do art. 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

8.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 2006.



8.1.5. Em não se confirmando a condição de vencedora à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.1.5.1. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado a proposta ou o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta completa adequada ao último lance, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro na convocação, que não será inferior a 30 (trinta) minutos, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet, em arquivo único no formato do Anexo n. 4.

9.1.1. Deverá integrar a proposta a seguinte declaração:

- a) declaração da licitante de que, a partir do momento em que o somatório dos valores mensais pagos a título de depreciação, consignados no campo "*Preço Total Mensal Médio dos Equipamentos*" da planilha V (Equipamentos) da Proposta, alcançar o próprio custo de aquisição, demonstrado no campo "*Preço Total dos Equipamentos*" da mesma planilha, considerando-se eventuais prorrogações de vigência do contrato, a propriedade de tais equipamentos será transferida à Câmara dos Deputados.

9.1.2. A proposta terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

9.1.2.1. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, fica a licitante liberada do compromisso assumido.

9.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, sendo ainda desclassificada a proposta ou o lance que consignar preços excessivos, manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.1. Entende-se por preço excessivo aquele que, após a fase de lances ou negociação, extrapolar o preço global anual apresentado no orçamento estimado constante deste Edital.



9.2.2. As licitantes estarão obrigadas a comprovar a exequibilidade de suas propostas quando qualquer dos grupos de custo referentes a **Uniformes, Equipamentos, Materiais de Consumo e Materiais de Consumo Duráveis** apresentar montantes inferiores a **70% (setenta por cento)** dos valores estimados no orçamento constante deste Edital (itens 02.00.00, 05.00.00, 06.00.00 e 07.00.00, respectivamente).

9.3. A licitante deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro na convocação, que não será inferior a 60 (sessenta) minutos, a seguinte documentação, remetida por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, em arquivo único:

- a) documento emitido pelo Ministério da Previdência Social que comprove o valor do FAP aplicado para cálculo do SAT(exigência constante no subitem 5.1.1.2.2.3 do Anexo n. 1 do Edital).

9.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste Título, será desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.5. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências do Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado e à documentação complementar.

9.6. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara dos Deputados ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados no Edital.

9.7. Erros e omissões existentes na planilha de preços poderão ser retificados pela licitante, após solicitação e/ou consentimento do Pregoeiro, desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.

9.8. Toda a documentação recebida será disponibilizada eletronicamente a todos os participantes do certame.

9.9. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Pregoeiro anunciará o resultado do julgamento da proposta.

9.10. No caso de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e demais documentos de que trata este Título.

10.2. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.



10.3. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, em arquivo único, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro na convocação, que não será inferior a 60 (sessenta) minutos.

10.4. A licitante deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro na convocação, que não será inferior a 60 (sessenta) minutos, a seguinte documentação complementar, remetida por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, em arquivo único:

- a) balanço patrimonial do último exercício social da licitante que consigne patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);
- b) atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a licitante prestou, em caso de contrato encerrado, ou esteja prestando, em caso de contrato vigente, satisfatoriamente, serviços de limpeza e conservação de prédios, com área não inferior a 25.000m² (vinte e cinco mil metros quadrados), com fornecimento de material, utilizando pelo menos 50 (cinquenta) empregados.

10.5. O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações mínimas:

- a) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b) informação do local e da data de expedição do atestado;
- c) descrição da data de início e término da prestação dos serviços referenciados no documento.

10.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) preferencialmente estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone, fax e correio eletrônico do responsável pela emissão do atestado.

10.7. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação da licitante.

10.8. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

10.8.1. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 14º andar, sala 1408, CEP 70160-900, Brasília-DF.



10.8.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, que deverá ser o mesmo utilizado para cadastramento de sua proposta.

10.8.2.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

10.8.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

10.9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.10. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o Pregoeiro declarará a licitante inabilitada e convocará a autora do menor preço subsequente, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da licitante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.

11. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Durante trinta minutos, contados do momento da divulgação da vencedora, as licitantes poderão manifestar-se pela intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, contra a decisão do Pregoeiro, apresentando na forma disponibilizada no sistema eletrônico, de modo objetivo e conciso, os motivos da contestação.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada pela interposição de recurso importará a decadência do direito de recorrer.

11.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, motivadamente, aceitando-a ou rejeitando-a, em campo próprio do sistema.



11.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de três dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 14º andar, sala 1408.

11.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Caso não reconsidere sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração do Diretor-Geral para fins de julgamento e decisão quanto à adjudicação do objeto.

11.8. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora.

11.9. O ato de adjudicação do objeto do procedimento licitatório pelo Pregoeiro ficará sujeito à homologação do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

12.1. Após o encerramento da sessão do Pregão, no prazo de até três dias úteis, contados da adjudicação, a proposta completa ajustada ao lance final da licitante vencedora e, se for o caso, a documentação técnica, bem como os documentos exigidos para habilitação, deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Câmara dos Deputados.

12.2. A proposta completa original deverá ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, assinada por quem de direito, preferencialmente em duas vias.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Pregão poderá ser transferido a critério da Câmara dos Deputados; revogado, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou, ainda, anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

13.1.1. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. A Câmara dos Deputados, assegurado o direito de defesa, por despacho fundamentado de seu Diretor-Geral, poderá desclassificar licitante, sem que a esta



caiba o direito de reclamar qualquer indenização e sem prejuízo de outras sanções, se lhe chegar ao conhecimento qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone ou infirme a idoneidade, a capacidade jurídica, financeira ou técnica da participante.

13.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.

13.4. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

13.5. Os prazos referidos neste Edital e em seus Anexos começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados, se indispensável.

13.5.1. Consideram-se feitas as intimações, convocações ou comunicações às participantes, conforme o caso:

- a) na própria sessão pública do Pregão Eletrônico;
- b) pela publicação dos atos no Diário Oficial da União;
- c) por carta;
- d) ou, quando cabível, por meio de mensagem apresentada no sítio da Internet constante da primeira página deste Edital.

13.5.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados.

13.5.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.6. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

13.7. Durante a execução contratual, sendo a Contratada objeto de fusão, incorporação ou cisão, a Câmara dos Deputados examinará a conveniência de manter em vigência o Contrato celebrado.

13.7.1. A manutenção da vigência contratual dependerá, em qualquer caso, do atendimento pela nova sociedade empresária das condições de habilitação



consignadas neste Edital e de não serem alteradas as condições de execução do Contrato.

13.8. Os documentos constantes do processo de licitação, incluindo este Edital e seus Anexos, poderão ser consultados no endereço citado na página 1 facultada a obtenção de cópias mediante o recolhimento da importância devida em favor do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

13.8.1. O recolhimento deve ser feito por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU (Simples) nos terminais de auto atendimento do Banco do Brasil e na página da Internet, ambos por meio da opção "pagamentos c/ código de barras – Água/Luz/Telefone/Gás", ou diretamente ao caixa.

13.8.2. A GRU (Simples) pode ser gerada mediante acesso ao portal SIAFI no endereço www.stn.fazenda.gov.br e deve ser preenchida com os seguintes campos:

- a) Unidade Favorecida (Código): 010090, Gestão: 00001;
- b) Recolhimento (Código): 28830-6;
- c) Número de Referência: 422.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços de limpeza e conservação objeto deste Edital se faz necessária por não haver, no quadro de pessoal da Câmara dos Deputados, profissional para execução desse tipo de serviço, vez que não se trata de área fim da Instituição.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa relativa ao objeto deste Pregão correrá à conta de dotação existente com a seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Conforme descrito no Caderno de Especificações.

4. DA VISTORIA TÉCNICA

4.1. Durante o prazo de elaboração de propostas, ficarão disponíveis os locais onde serão executados os serviços para realização de vistorias técnicas agendadas, para fins de conhecimento dos locais e das dependências onde serão executados os serviços, da natureza, da área e das condições de sua execução.

4.2. As vistorias técnicas serão agendadas junto à Coordenação de Administração de Edifícios da Câmara dos Deputados, por meio do telefone (61) 3216-4270/71.

4.3. Não tendo realizado a vistoria de que trata este título, a licitante não poderá arguir desconhecimento do local, da área, ou da infraestrutura existente para se opor à manutenção dos termos e das condições de sua proposta.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços será **obrigatoriamente** formulada na forma do modelo constante do Anexo n. 4, consignando os valores em **PLANILHAS**, conforme o disposto no item 5.5 deste Anexo, que informará os custos incorridos, e conterà os seguintes dados:



5.1.1. MONTANTE "A"

5.1.1.1. REMUNERAÇÃO – Consignar os valores unitários de salários conforme indicado no item 1.1 do Caderno de Especificações, incluindo os adicionais previstos em lei, quando couber.

5.1.1.2. ENCARGOS SOCIAIS – Apresentar, em separado, planilha detalhada, discriminando os componentes dos encargos sociais e respectivos percentuais, bem como o percentual total e os valores resultantes. Nesse item não deverão ser incluídos os encargos relativos ao provisionamento das despesas com 13º salário, pois essas despesas serão pagas em conformidade com o disposto no Título 7 do Caderno de Especificações. A Câmara dos Deputados tem como parâmetro para o total dos encargos sociais percentual que varia entre 50,89% (cinquenta vírgula oitenta e nove por cento) e 68,10% (sessenta e oito vírgula dez por cento) sobre a remuneração, sendo que qualquer percentual fora desses limites deverá ser claramente indicado e justificado na proposta.

5.1.1.2.1. A Câmara dos Deputados não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.1.1.2.2. SAT - A Câmara dos Deputados adotou, para fins orçamentários, a alíquota de 2% (dois por cento) para o Seguro de Acidente de Trabalho – SAT.

5.1.1.2.2.1. Ao elaborar sua proposta, cada licitante deverá cotar a alíquota para o SAT de acordo com o grau de risco desenvolvido pela empresa, individualizada pelo seu CNPJ, ou pelo grau de risco da atividade preponderante quando houver apenas um registro, em obediência à Súmula n. 351 do Superior Tribunal de Justiça.

5.1.1.2.2.2. O SAT a ser cotado deve resultar da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP à alíquota definida no Anexo n. V do Decreto 3.048/99 atualizado.

5.1.1.2.2.3. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, documento emitido pelo Ministério da Previdência Social que comprove o valor do FAP aplicado para cálculo do SAT.

5.1.2. MONTANTE "B"

5.1.2.1. GRUPO 1 - (demais custos)

- a.** A licitante indicará cada item de formação de custo que compõe este grupo: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, uniformes, equipamentos, materiais de consumo, materiais de consumo duráveis e outros itens necessários ao atendimento das disposições do Edital.
- b.** É vedado à licitante incluir no montante referente ao auxílio-alimentação qualquer taxa que venha a ser cobrada pelas administradoras.



- c. Em relação aos auxílio-transporte, uniformes, equipamentos e materiais de consumo e materiais de consumo duráveis, a licitante deve apresentar **em separado**, por categoria, a especificação dos custos de cada componente.
- d. Idêntico procedimento deve ser adotado em relação a qualquer outro componente de custos deste grupo.
- e. Dentro deste grupo, é da responsabilidade da licitante fazer constar os custos decorrentes de Convenção Coletiva.
- f. As licitantes estarão obrigadas a comprovar a exequibilidade de suas propostas quando qualquer dos grupos de custo referentes a **Uniformes, Equipamentos, Materiais de Consumo e Materiais de Consumo Duráveis** apresentarem montantes inferiores a 70% (setenta por cento) dos valores constantes do orçamento estimado deste Edital (itens 02.00.00, 05.00.00, 06.00.00 e 07.00.00, respectivamente).

5.1.2.2. **GRUPO 2** (Taxa de Administração): Fórmula para obtenção da Taxa de Administração:

$$\text{Taxa de Administração: } \left\{ \frac{1 + (\text{Lucro}/100) * [1 + (\text{Despesas Indiretas}/100)] * 100 - 100}{[1 - (\text{Tributos}/100)]} \right\} \text{ em percentual}$$

5.1.2.2.1. A licitante deverá, sob pena de desclassificação, apresentar planilha detalhada da formação do percentual proposto para a Taxa de Administração, observado o disposto no subitem 5.1.2.2.3.

5.1.2.2.2. Integram a Taxa de administração, os percentuais relativos:

- a) ao lucro planejado pela licitante;
- b) outras despesas indiretas, incorridas exclusivamente em função da futura execução do contrato, que não possam ser incluídas na composição dos montantes da planilha formadora do preço dos serviços;
- c) aos seguintes tributos: ISS, COFINS e PIS/PASEP, devendo ser indicado o regime de tributação a que está submetida e considerar na cotação da taxa de administração os percentuais que reflitam os custos ou despesas efetivamente incorridos, **considerando retenção, complementação e compensação em consonância com a legislação vigente**;
 - c.1) a licitante cujo regime de tributação for pelo lucro real ou lucro presumido, no que diz respeito aos tributos de COFINS e PIS/PASEP, ou optante pelo Simples Nacional, no que diz respeito ao ISS, COFINS e PIS/PASEP, que cotar alíquotas diferentes dos percentuais limites definidos em lei, em decorrência de deduções ou compensações, deverá apresentar documento do tipo DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições



Sociais) ou equivalente que justifique as alíquotas indicadas em sua planilha.

5.1.2.2.3. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem diretamente sobre a atividade contratada, mas sobre o lucro auferido pela pessoa jurídica, não sendo, portanto, admissível o lançamento de tais tributos na composição da Taxa de Administração, nos termos da Súmula n. 254 do Tribunal de Contas da União.

5.1.2.2.4. O percentual correspondente à Taxa de Administração deverá ser claramente expresso e incidirá sobre o somatório do TOTAL DO MONTANTE "A" + TOTAL DO GRUPO 1 DO MONTANTE "B".

5.1.3. Despesas com 13º salário

5.1.3.1. Para o cálculo das despesas estimadas com o 13º salário, a licitante deverá considerar o valor da remuneração (item 2 da Planilha Resumida) acrescido dos encargos sociais fixados, correspondentes ao GRUPO "A" dos ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS informado, mais a taxa de administração definida na proposta de preços da licitante, observado o disposto no Título 7 do Caderno de Especificações.

5.2. Uniformes

5.2.1. Em consonância com o disposto no Título 4 do Caderno de Especificações, a Contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer uniforme para o pessoal em serviço.

5.3. Auxílio-Alimentação e Auxílio-Transporte

5.3.1. O fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte (se for o caso), deverá ser feito conforme exigência do Título 5 do Caderno de Especificações.

5.3.2. O ressarcimento referente ao auxílio-alimentação à Contratada dar-se-á em função dos parâmetros estabelecidos no Título 5 do Caderno de Especificações.

5.4. Equipamentos, Materiais de Consumo e Materiais de Consumo Duráveis

5.4.1. O fornecimento de equipamentos, materiais de consumo e materiais de consumo duráveis dar-se-á de acordo com o disposto no Título 6 do Caderno de Especificações.

5.5. Além das planilhas detalhadas de que trata o item 5.1 deste Título, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, a planilha resumida constante no Modelo da Proposta Completa, Anexo n. 4, sendo que o Pregoeiro poderá solicitar a comprovação da exequibilidade dos custos cujas planilhas apresentem valores considerados não compatíveis com os valores apresentados no orçamento constante deste Edital.

6. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL



6.1. Considera-se órgão responsável pela gestão do(s) serviço(s) objeto do contrato, a Coordenação de Administração de Edifícios do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, que indicará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da Contratada.



CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. DO PESSOAL

1.1. DO RESUMO DO QUADRO DE PESSOAL E DOS SALÁRIOS

A Contratada deverá manter à disposição da Câmara dos Deputados quadro de pessoal para supervisão e execução dos serviços, com, pelo menos, as seguintes quantidades, por categoria:

DESCRIÇÃO	QTDE. <u>mínima</u>	SALÁRIO DE <u>NO MÍNIMO</u>
Encarregado Geral	1	R\$ 4.204,45
Encarregado Setorial	1	R\$ 2.313,86
Encarregado de Serviço	12	R\$1.658,14
Servente	212	R\$829,06
Almoxarife	2	R\$1.243,62
Auxiliar de Encarregado	1	R\$1.243,62

1.1.1. A Câmara dos Deputados e/ou a Contratada poderão determinar o remanejamento de pessoal, sempre que for necessário e/ou conveniente para execução das atividades.

1.1.2. A Contratada está obrigada a pagar os salários dos empregados até o quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

1.1.3. Todo o acréscimo salarial devido ao empregado será calculado sobre o salário do mês a que se referir e discriminado em folha de pagamento.

1.1.4. Os salários fixados correspondem ao mês de abril/2011, devendo possíveis reajustes obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que a entidade de classe considerada pela Câmara dos Deputados como legítima representante da categoria profissional é o Sindicato dos Empregados de Asseio e Conservação de Brasília – SINDISERVIÇOS.

1.1.5. A aplicação dos reajustes salariais e benefícios concedidos sobre os valores pagos pela Câmara dos Deputados, em função de definições da Convenção Coletiva, deve ser submetida à análise do Órgão Responsável, que tomará as devidas providências junto a Administração da Casa.



2. DA FREQUÊNCIA E DAS SUBSTITUIÇÕES

2.1. A frequência por expediente será aferida mediante fiscalização da Contratante.

2.2. A Contratada estará obrigada a manter diariamente na Câmara dos Deputados o número mínimo de empregados fixado, devendo possíveis ausências serem supridas até trinta minutos após o início do expediente. A saída do empregado, trinta minutos antes do término da jornada de trabalho, também será considerada como falta.

2.3. As faltas ao serviço não supridas serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa prevista no Anexo n. 3, salvo apresentação de motivo justificável e aceito pela Câmara.

2.4. As férias dos empregados da Contratada deverão ocorrer, preferencialmente, nos meses de julho, dezembro e janeiro, sem a necessidade de reposição de pessoal, tendo em vista a redução dos trabalhos legislativos, em decorrência do recesso parlamentar.

2.4.1. A Contratada poderá conceder férias aos seus empregados, sem a necessidade de cobertura, para até 35% (trinta e cinco por cento) do efetivo total, por mês, durante o período de recesso parlamentar.

2.4.2. No caso de concessão de férias aos seus empregados, em período diverso do recesso parlamentar, a Contratada deverá providenciar a respectiva reposição de pessoal.

3. DO TREINAMENTO

3.1. A contratada deverá promover, durante a vigência contratual, a suas expensas e sem possibilidade de ressarcimento, treinamento e cursos de atualização para todos os empregados, inclusive para as áreas de preservação ambiental e coleta seletiva de lixo, sempre que verificada a necessidade pelo órgão responsável, com objetivo de manter atualizados os seus empregados nas tarefas que deverão desenvolver.

4. DOS UNIFORMES

4.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer uniforme que a identifique e que atenda aos padrões mínimos de apresentação, higiene e segurança, conforme Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho, nas seguintes especificações e quantidades:

CATEGORIA/ESPECIFICAÇÃO	QTDE. TOTAL (NÚMERO DE PEÇAS ANUAL x QTDE. DE EMPREGADOS)	UNIDADE
ENCARREGADO GERAL e ENCARREGADO SETORIAL		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

CATEGORIA/ESPECIFICAÇÃO	QTDE. TOTAL (NÚMERO DE PEÇAS ANUAL x QTDE. DE EMPREGADOS)	UNIDADE
Terno completo (com calça ou saia) em microfibra	8	pç
Camisa social de tecido leve em algodão	8	pç
Gravata / lenço	8	pç
Cinto	8	pç
Meias	8	par
Sapato preto com solado antiderrapante	8	par
ENCARREGADO DE SERVIÇO e AUXILIAR DE ENCARREGADO		
Calça social de tecido leve em microfibra	52	pç
Camisa social de tecido leve em algodão	52	pç
Gravata / lenço	52	pç
Cinto	52	pç
Meias	52	par
Sapato preto com solado antiderrapante	52	par
ALMOXARIFE		
Calça de tecido leve em algodão	8	pç
Jaleco de tecido leve em algodão	8	pç
Cinto	8	pç
Meias	8	par
Calçado com solado antiderrapante	8	par
SERVENTE		
Calça de tecido leve em algodão	848	pç
Jaleco de tecido leve em algodão	848	pç
Cinto	848	pç
Meias	848	par
Calçado com solado antiderrapante	848	par

4.2. A distribuição dos uniformes será semestral, em 2 (duas) peças, por empregado, a partir do início do contrato, com entregas nos 1º e 7º meses da vigência contratual.

4.3. O prazo de distribuição dos uniformes no início do contrato será de quinze dias, contado a partir da data de assinatura do contrato.

4.3.1. Para as demais distribuições, o prazo será até o primeiro dia útil do início do semestre contratual.

4.4. O valor do uniforme não pode ser descontado dos salários dos empregados.

4.5. O pessoal trabalhará permanente e completamente uniformizado, devendo os modelos dos uniformes serem submetidos previamente à aprovação do órgão responsável, de acordo com a seguinte descrição:

- a) Servente e Almoхарife – O uniforme será composto de calça e jaleco de tecido leve em algodão, cinto, meias e calçado com solado antiderrapante de borracha ou material sintético;



- b) Encarregado de Serviço e Auxiliar de Encarregado – O uniforme será composto de calça em tecido leve (microfibras) e camisa social em tecido leve (algodão), gravata/lenço, cinto, meias e sapato preto com solado antiderrapante de borracha ou material sintético;
- c) O Encarregado Geral e Encarregado Setorial deverão utilizar terno completo, constituído de calça/saia (microfibras) e camisa social de tecido leve (algodão), paletó, gravata/lenço, cinto, meias e sapato preto com solado antiderrapante.

4.5.1. Nos casos em que o empregado não puder utilizar o calçado especificado neste item, a Contratada deverá fornecer calçado alternativo, dentro dos padrões e das normas de segurança exigidos, além de fornecer relação nominal desses empregados, acompanhada dos respectivos atestados médicos.

5. DOS AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO-TRANSPORTE

5.1. Auxílio-Alimentação

5.1.1. Além dos salários fixados, a Contratada ficará obrigada a fornecer, a partir do primeiro dia da execução do contrato, auxílio-alimentação correspondente a vinte e três dias por mês, cujo valor está fixado em R\$ 20,00 (vinte reais), por dia.

5.1.2. O valor do auxílio-alimentação deverá ser integralmente repassado aos empregados.

5.2. Auxílio-Transporte

5.2.1. Além dos salários fixados, a Contratada ficará obrigada a fornecer, se for o caso, a partir do primeiro dia da execução do contrato, auxílio-transporte de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, correspondente a vinte e três dias por mês.

5.2.2. Fica a critério da licitante, proceder às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte, devendo ser consignado na proposta o valor das despesas a serem efetivamente incorridas.

5.2.3. Optando por fornecer transporte próprio ou realizar proposta alternativa de deslocamento dos funcionários que permita a diminuição dos valores referentes ao auxílio-transporte, a licitante deve apresentar planilha em separado, com a previsão detalhada de todos os elementos de custo, tais como combustível, manutenção do veículo, depreciação e outros porventura incidentes.

6. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS DE CONSUMO DURÁVEIS

6.1. Equipamentos

6.1.1. A Contratada, para execução do contrato, deverá utilizar equipamentos novos, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações em geral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

6.1.2. A Contratada deverá manter nas dependências da Câmara dos Deputados, devidamente identificados, a quantidade e espécie dos equipamentos para execução dos serviços objeto deste pregão, conforme tabela abaixo:

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Aspirador Industrial Água e Pó (Ref. Karcher A2104 ou Eletrolux GT 3000 PRO ou Compact 320 da Soteco)	24
Aspirador Doméstico Pequeno (Ref. Eletrolux Silent Prof ou Karcher A2003 ou Leo da Soteco)	6
Aspirador Floorvac 1500 20 litros (ref. WAP ou Compact 300 da Soteco)	2
Carrinho Funcional para Limpeza (Ref. TTS 380 S, completo s ou Tomki 1021)	6
Carro Container p/ Coleta de Lixo cap.120 litros, com 02 rodízios pneumáticos (Ref. Soluvam ou Contenur C-120 ou Rubbermaid ou Fiberglass)	4
Carro Container p/ Coleta de Lixo cap. 600 litros com 02 rodízios pneumáticos (Ref. Soluvam ou Contenur ou Rubbermaid ou Fiberglass)	6
Carro plataforma para transporte de materiais (ref. Marcon TM 52 ou Rubbermaid ou Fiberglass)	3
Cinto de Segurança tipo pára-quedas (ref. MG Cinto MG 1841C ou Proteger)	2
Fita de isolamento de área - 100m (mod. 19398 ref. Nippom Safety ou Mexplac)	2
Enceradeira Industrial Grande 510MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	3
Enceradeira Industrial Média 410MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	9
Enceradeira Industrial Pequena 350MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	3
Escada em Alumínio com 6 degraus (ref. Alulev ou Art Factory)	6
Lavadora de Alta Pressão (ref. Wap L2600 ou L2800 ou Eletrolux L2400)	2
Lavadora e Secadora Automática de Piso (ref. Plataforma LST 51B ou Johnson Diversey Aquamat 45 ou Comac Simpla 45 E/45 B)	2
Limpadora a Vapor de Aquecimento Rápido (ref. Sky Wap max ou Karcher)	5
Sistema de Comunicação Móvel (célular ou rádio motorola ET150)	16
Varredora Coletora p/ Estacionamento (ref. Eureka Picobello 151ou Karcher T500)	2
Pulverizador 20 litros (Vonder)	2
Aparelho odorizador automático (Columbus Brasil) e refis	60
Pulverizador 20 litros (Vonder)	2
Aparelho odorizador automático (Columbus Brasil) e refis	60



6.1.3. Embora as quantidades indicadas sejam estimadas, obriga-se a Contratada a manter os serviços de acordo com as exigências constantes deste Edital, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado necessário para a realização dos serviços.

6.1.4. Fica vedado à Contratada recorrer a setores ou servidores da Câmara dos Deputados para efetuar reparos ou consertos em equipamentos de sua propriedade, devendo substituir qualquer equipamento julgado inadequado ou ineficiente para realização dos serviços.

6.1.5. Os equipamentos utilizados pela Contratada não poderão causar danos a qualquer parte dos prédios ou produzir ruídos excessivos. A Contratada, antes de iniciar os serviços ou em caso de substituição, relacionará os equipamentos a serem utilizados, fornecendo descrição sumária destes, além de apresentá-los previamente para avaliação e aprovação do órgão responsável, que poderá recusar qualquer equipamento considerado inadequado para a realização dos serviços.

6.1.6. A partir do momento em que o somatório dos valores mensais pagos a título de depreciação, consignados no campo "*Preço Total Mensal Médio dos Equipamentos*" da planilha V (Equipamentos) da Proposta, alcançar o próprio custo de aquisição, demonstrado no campo "*Preço Total dos Equipamentos*" da mesma planilha, considerando-se eventuais prorrogações de vigência do contrato, a propriedade de tais equipamentos será transferida à Câmara dos Deputados.

6.2. Materiais de Consumo e Materiais de Consumo Duráveis

6.2.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, relação do material a ser empregado na realização dos serviços, indicando quantidade e outras características que permitam sua identificação.

6.2.2. A Contratada somente utilizará materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues nas zeladorias em datas e quantidades que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade dos almoxarifados.

6.2.3. O órgão responsável realizará vistoria no material a ser entregue na Câmara dos Deputados e atestará seu recebimento, se este estiver dentro dos padrões e das quantidades exigidos no Edital.

6.2.4. Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, nos quais deverá constar obrigatoriamente a quantidade, o peso ou o volume.

6.2.5. A estimativa indicada na tabela de material de consumo constitui-se em simples referencial, obrigando-se a Contratada a manter os serviços de acordo com as exigências constantes do Edital, independentemente da diminuição ou do aumento do consumo em determinado período.



6.2.6. Obriga-se a Contratada a manter os almoxarifados sempre abastecidos dos materiais necessários à realização dos serviços, devendo manter controle de estoque atualizado diariamente para fins de verificação pelo órgão responsável.

6.2.7. A Contratada só poderá usar saneantes domissanitários e outros produtos químicos aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem dano a pessoas ou a animais domésticos ou a revestimentos, pisos, instalações e redes de água e esgoto dos prédios.

6.2.7.1. A Contratada deverá adotar critérios especiais na aquisição e utilização de saneantes domissanitários, dando preferência a produtos biodegradáveis que apresentem menor grau de toxicidade ou a produtos de menor potencial ofensivo ao meio ambiente, de acordo com orientações do órgão responsável.

6.2.8. A utilização de produtos químicos para limpeza, desinfecção e conservação dependerá da aprovação do órgão responsável. A Contratada, antes do início da execução dos serviços, ou no caso de substituição, encaminhará ao órgão responsável relação dos produtos a serem utilizados com descrição sumária e o número do registro no órgão controlador.

6.2.9. Todos os vasilhames que contenham produto de limpeza deverão ser identificados por etiqueta, de fácil leitura, que informe o seu conteúdo, vedado o aproveitamento de embalagens originariamente destinadas a acondicionar produtos de consumo humano.

6.2.10. Os materiais de higiene e asseio pessoal deverão ser de primeira linha de qualidade, contendo as seguintes características:

- a) Sabonete líquido perolizado concentrado, para utilização em “dispenseres”;
- b) papel toalha, na cor branca, com três dobras, para utilização em papeleiras com sistema inter-folhas;
- c) papel higiênico rolo 250m, na cor branca, folha dupla, com microtexturas, para utilização em dispenser (ref. “SANTHER”);
- d) saco plástico para coleta seletiva do lixo, nos padrões e cores definidos pelo órgão responsável.

6.2.11. A instalação e reposição de suportes para papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido ou a substituição por outros modelos ou marcas será de responsabilidade da Contratada e não constituirá alteração contratual, obrigando-se a Contratada a fornecer o material adequado, na forma da comunicação do órgão responsável.

6.2.12. A Câmara dos Deputados estima aproximadamente o seguinte consumo médio mensal do material básico a ser utilizado para execução dos serviços objeto deste pregão:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	MÉDIA DE CONSUMO MENSAL
Água Sanitária	lt	486
Álcool líquido	lt	400
Brilho Inox em Spray (ref. 3M) embalagem 500 ml	embal.	7
Cera Impermeabilizante Acrílico (ref. Traffic, fabric. Johnson Diversey)	bombona 5l	4
Cera Líquida Incolor concentrada, diluição 1/10 ref. Audax ou similar	bombona 5l	3
Cera Polidora de pintura, em pasta (ref. Grand Prix ou similar)	lt 200g	3
Desinfetante líquido (referência Vero Plus, diluição 1/100, ou similar)	bombona 5l	37
Detergente Alcalino p/ Limpeza Geral, diluição 1/100 (ref. Esmerol)	gl 5lt	1
Desodorizante (referência Bom Ar ou similar) - lata/spray 400 ml	un	102
Detergente líquido neutro (referência Vero Plus, diluição 1/100, ou similar)	bomba 5lt	37
Disco Hi-Pro – 510mm ref. 3M ou similar	un	2
Disco p/ Polidora High Speed, polidor, para retirada de marcas, de fibra natural , ref. 3M - pêlo de porco – restaurador	un	1
Disco Remomível para enceradeira, 350mm, verde, ref. 3M ou similar	un	3
Disco Remomível para enceradeira, 410mm, verde, ref. 3M ou similar	un	3
Disco Remomível para enceradeira, 510mm, verde, ref. 3M ou similar	un	2
Disco Remomível para enceradeira, 350mm, branco, ref. 3M ou similar	un	2
Disco Remomível para enceradeira, 410mm, branco, ref. 3M ou similar	un	2
Disco Remomível para enceradeira, 510mm, branco, ref. 3M ou similar	un	1
Escova de Nylon Multiuso Manual, 13 x 6,5 cm, fibras de aprox 2,5 cm	un	4
Esponja Dupla Face, ref 3M ou similar	und	113
Esponja de Aço 60g (ref. Bombril, Assolan ou similar)	pct 8 und	22
Estopa	pct 500g	2
Flanela em Peça, 40x60 cm, ref. Copa Limpa ou similar	un	189
Limpador Desinfetante (Ref. Drastic 700ml)	un	5
Limpa Carpete diluível 1/20 (Ref. Briosol)	bomba 5lt	7
Limpa Pedra diluível 1/5 (Ref. Start)	bomba 5lt	4
Limpa Vidro (Ref. Start)	und 500ml	30



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	MÉDIA DE CONSUMO MENSAL
Limpador Multi-Useo diluível 1/20 (Ref. Ajax Fresh)	und. 500ml	139
Lustra Móveis (Ref. Worker ou similar)	um 200ml	114
Luva de Latéx c/ Forro, ref. DA-299 Confort Latéx, comprimento 29 cm, fabric. Danny ou similar	par	109
Máscara Filtradora Descartável, ref. 3M ou similar	un	22
Papel Higiênico, IHR-25, profissional, Inovatta, folha dupla, fabric. Santher (rolo 250 m)	pct 8und	250
Papel toalha interfolhado (referência Inovatta, fabric. Santher ou similar), caixa com 2.400 folhas, folha dupla, tamanho 23 x 20 cm	cx 2400fl	560
Pedra Sanitária eucalipto, 35 g, fabric Zupp ou similar	cx 96un	3
Polidor p/ Metais, ref. Silvo ou similar	und. 200ml	10
Removedor p/ piso Impermeabilizado (Sistema Metalic 100 UHS, diluível 1/8 até 1/20, fabric. Indeba)	bomba 5lt	28
Restaurador Sistema Metalic HS, Metalic 40 (diluível até 1/4), fabric. Indeba	bomba 5lt	1
Sabão de Coco, fabric. Minuano ou similar, 100g	pc 5un	42
Sabonete em Pedra, ref. Lux Lavanda, 90g, fabric. Unilever ou similar	un	124
Sapólio Rádium em Pedra, fabric. Bombril ou similar	und 200gr	31
Sabonete líquido Nobla 5 litros ref. Johnson Diversey ou similar	bomba 5lt	29
Saco de Pano para Limpeza, tamanho 1,00 x 0,60 m	un	161
Saco Descartável p/ Aspirador Electrolux (kit filtro – 3 unidades de 10L)	un	25
Saco Plástico p/ Lixo 100 L Azul	un	6.000
Saco Plástico p/ Lixo 100 L Vermelho	un	7.500
Saco Plástico p/ Lixo 100 L Preto	un	10.000
Saco Plástico p/ Lixo 20 L Preto	un	15.000
Selador Sistema Metalic HS, Metalic 3, fabric. Indeba	bomba 5lt	4

MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL	UN	ESTOQUE INICIAL	CONSUMO MENSAL (*)	CONSUMO ANUAL
Avental Plástico	un	8	1	19
Balde Plástico 12 Litros	un	120	6	186
Balde Plástico 60 Litros	un	10	1	21
Bonnets fibra curta c/esfregão p/ carpete P269(48,3 cm) 430mm fabricação Rubbermaid ou SPARTA	un	5	0,09	6
Bota de Borracha nº 40 Cano Médio cor preta	un	10	0,09	11
Capa p/ Chuva com capúz cor amarela	un	6	0,09	7



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL	UN	ESTOQUE INICIAL	CONSUMO MENSAL (*)	CONSUMO ANUAL
tamanho "G"				
Escova de Nylon p/ Enceradeira 350mm CLEANER	un	2	0,09	3
Escova de Nylon p/ Enceradeira 410mm CLEANER	un	9	0,09	10
Escova de Nylon p/ Enceradeira 510mm CLEANER	un	3	0,09	4
Fita p/ isolamento de área zebreada amarela e preto ultra resistente 7,6cm x 200m	rolo	1	0,09	2
Combinado Rodo limpa vidros 25cm 4x1 de polietileno de alta impacto ref. 1401 TOMKI, Bralimpia ou similar	un	10	0,09	11
Placa p/ Sinalização Piso Molhado em polipropileno tipo cavalete compacto 33x41cm dobrável ref. GC 143 SETON/TONKI 1705	un	20	0,09	21
Extensão com carretel 2X2,5mm2 X 20,00 m- SUPORTE COM CARRETEL INJETADO EM POLIPROPILENO COM DIÂMETRO DE 290 MM COM 3 TOMADAS UNIVERSAIS.	un	20	0,09	21
Espátula de aço com cabo de madeira 4" 101x185mm cabo amarelo fabricação MAX Ferramentas	un	4	0,09	5
Mop água / úmido médio 340 gr ALGODÃO com ponta CORTADA 340 fabricação TOMKI/ CONCISE/ TTS ou similar	un	6	0,09	7
Fibra p/ Limpeza Geral - Manta não tecida de fibras sintéticas com metal abrasivo espessura 16mm dim.: 102x260 mm verde escuro (Scottch-Brite MR fabricação 3M)	un	10	5	65
Mangueira Top cristal Ø3/4"x 50 m PVC flexível, camada em poliéster trançado , para pressões de 6 bar Tramontina Mult ou similar	un	2	0,09	3
Máscara Protetora p/ Gases fabricação série 7500 CA 12011 3M, CARBOGRAFIT ou similar	un	5	0,09	6
Mop Pó Supertat referência J453 Completo, cor azul, 61cm (fabricação Rubbermaid ou similar)	un	8	0,09	9



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL	UN	ESTOQUE INICIAL	CONSUMO MENSAL (*)	CONSUMO ANUAL
Óculos de Segurança de Ampla Visão CA 14056 3M	un	5	0,09	6
Pá p/ Lixo Plástica/Galvanizada com cabo longo 90 cm ref. 15300 maca Tomki,São Bernardo, Madetec ou similar	un	47	2	69
Protetor auricular Siliconizado - Protetor Auditivo 1310 contra ruídos tipo plugue de canal com haste (prende os pluges firmemente nos ouvidos) fabricação 3M	par	5	2	27
Regador de 10 L. Verde em Chapa e Tinta Epoxi e Duas Asas JC19062 fabricante JARDINCENTRO	un	3	0,09	4
Rodo p/ Pia de Banheiro manual, anatômico fabricante Guirado/ Bettani/ Dalcim	un	35	3	68
Rodo 40cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50 cm Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	90	5	145
Rodo 60cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50m Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	20	5	75
Rodo 90cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50m Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	10	2	32
Suporte LT (esfregão) 3M (SCOTTCH-BRITE)	un	10	0,18	12
Vassoura de Pêlo 40cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	20	3	53
Vassoura de Pêlo 60cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	10	2	32
Vassoura de Pêlo 90cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	6	2	28
Vassoura Piaçava nº 3 com cabo 1,50m marca Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	30	2	52
Vassoura p/ Vaso Sanitário com cabo de madeira fabricante Guirado/ Bettani/ Dalcim	un	80	10	190



(*) Quando o quantitativo referente ao consumo mensal for inferior a 1 (um), a entrega será anual, conforme definição do órgão responsável.

7. DO 13º SALÁRIO

7.1. A Contratada deverá apresentar, até o dia 15 de dezembro, nota fiscal/fatura em separado, correspondente às despesas com o 13º salário, observadas as regras gerais de pagamento previstas no Título 4 do Anexo n. 2.

7.2. Se vier a ocorrer a prorrogação contratual prevista no item 1.2 do Anexo n. 2, a Contratada obriga-se a antecipar o pagamento do 13º salário dos seus empregados referente ao período anterior à prorrogação.

7.3. Na ocorrência da hipótese prevista no item anterior, as despesas referentes à antecipação do 13º salário serão pagas à Contratada mediante a apresentação, até o dia dez do mês subsequente ao da prorrogação contratual, de nota fiscal/fatura em separado, observadas as regras gerais de pagamento previstas no Título 4 do Anexo n. 2.

7.4. Havendo obrigatoriedade de antecipação do pagamento do 13º salário decorrente de acordo ou convenção coletiva, o procedimento para o pagamento dar-se-á nos termos do item anterior.

8. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Do Prazo de Início da Prestação dos Serviços

8.1.1. A pessoa jurídica deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato.

8.1.2. O prazo referido no subitem anterior poderá ser postergado a critério da Contratante.

8.2. Do Horário de Prestação dos Serviços

8.2.1. Os serviços deverão ser realizados pela Contratada, de forma a atender as seguintes necessidades:

a) de segunda à sexta-feira, das 7 às 22 horas;

b) aos sábados das 7 às 13 horas;

c) quando houver Sessões Extraordinárias da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional ou, ainda, outras atividades que requeiram a execução dos serviços de limpeza e conservação em horário diverso dos estabelecidos nas alíneas “a” e “b”;

d) mediante prévia comunicação ao órgão responsável, a Contratada poderá realizar alterações no horário de trabalho, sempre que for



necessário para realização dos serviços, respeitando-se o limite de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais por empregado.

8.2.1.1. Os horários de trabalho poderão ser alterados, mediante comunicação prévia do órgão responsável, de forma a atender o pleno desenvolvimento das atividades legislativas.

8.2.2. O Órgão Responsável, com vistas ao atendimento de necessidades excepcionais e particulares da Câmara dos Deputados, poderá estabelecer novos dias e horários, desde que previamente definidos e comunicados à Contratada, a fim de evitar a realização de horas extras.

8.2.2.1. O labor extraordinário será, preferencialmente, alvo da compensação da jornada prevista nos dispositivos normativos pertinentes – § 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva – admitido seu pagamento somente em hipóteses excepcionais, viabilizado quando demonstrada, pelo Órgão Responsável, a impossibilidade de compensação de jornada.

8.3. Do Modo de Execução dos Serviços

8.3.1. A Câmara dos Deputados contrata os serviços objeto deste pregão e, em consequência, obriga-se a Contratada a manter todas as áreas em perfeito funcionamento, independentemente de quantidades de materiais e equipamentos indicados na proposta.

8.3.2. Os serviços serão realizados de acordo com as orientações do órgão responsável, que definirá as tarefas e a frequência em que serão executadas, observado o disposto no item 8.6 deste Caderno de Especificações, podendo incluir, excluir e/ou proceder qualquer alteração julgada necessária ao asseio, à higiene e à conservação das dependências e dos estacionamentos privativos da Câmara dos Deputados, tendo em vista a destinação e a estrutura física do edifício, sempre que for necessário ou conveniente para a realização dos serviços.

8.3.3. As orientações referentes a serviços complementares serão formalizadas pelo órgão responsável e encaminhadas ao Encarregado, que se incumbirá de alocar o pessoal adequado à prestação requerida.

8.3.4. A manutenção da limpeza dos sanitários será feita no horário normal de expediente, ininterruptamente, de maneira que as instalações estejam sempre em perfeitas condições de utilização.

8.3.5. Na limpeza de salas e dos gabinetes a Contratada observará o seguinte:

- a) a limpeza poderá ser feita fora do horário de expediente, desde que solicitado pelo titular da sala ou do gabinete;
- b) após a realização da limpeza no período noturno, as luzes deverão ser apagadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

8.3.6. Quando o pessoal da Contratada encontrar sala ou gabinete aberto, fora do horário de expediente, comunicará o fato ao Departamento de Polícia Legislativa e deixará de realizar a limpeza destes nesse dia. Caberá ao Departamento de Polícia Legislativa fechar a sala ou o gabinete.

8.3.7. Os empregados da Contratada deverão comunicar, por intermédio de seu Encarregado, qualquer anormalidade verificada em dependência em que devam prestar serviço.

8.3.8. A Contratada deverá disponibilizar os materiais necessários à realização dos serviços durante o horário de plantão noturno, finais de semana e feriados, ficando sob sua responsabilidade a verificação da demanda e as quantidades a serem previamente disponibilizadas.

8.3.9. A coleta de lixo será feita seletivamente, separando-se os seguintes materiais: papéis, plásticos, vidros, metais e outros que deverão ser acondicionados em embalagens de cores diferenciadas.

8.3.10. A coleta seletiva, acondicionamento adequado e transporte do lixo são de responsabilidade da Contratada, desde o local de origem até o local designado, de acordo com orientações do órgão responsável, devendo ser utilizados carrinhos específicos.

8.4. Dos Locais de Execução dos Serviços

- a) EDIFÍCIO DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO, excluídas as áreas da banca de jornais, das cozinhas dos restaurantes e da lanchonete e incluídas as áreas da garagem, dos estacionamentos e dos galpões do serviço de obras da Câmara dos Deputados;
- b) TÚNEL DE INTERLIGAÇÃO DO ANEXO II COM O EDIFÍCIO DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO;
- c) GALPÕES LOCALIZADOS NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, TRECHO 5, LOTES 40, 50 e 60;
- d) SALA VIP NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA.

8.5. Das Extensões dos Locais de Execução dos Serviços

LOCAL	ÁREA
Edifício Deputado Flávio Marcílio excluídas as áreas das Cozinhas dos restaurantes e da lanchonete.	46.913m ²
Garagem do Edifício Deputado Flávio Marcílio	10.857m ²
Túnel de interligação do Anexo II ao Edifício Deputado Flávio Marcílio	640m ²
Galpões do Serviço de Obras	1.800m ²
Galpões localizados no SIA	2.725m ²
Estacionamento	46.358m ²
Sala VIP do Aeroporto	43m ²
SOMA TOTAL	109.336m²



8.6. Da Descrição dos Serviços

- DIARIAMENTE

- a) varrição de todas as dependências, inclusive "halls", calçadas, estacionamentos e sarjetas adjacentes aos prédios, rampas de acesso, escadarias e coberturas;
- b) enceramento e polimento, com enceradeira, dos pisos enceráveis, após varrição;
- c) retirada de mancha e extração de pó, com aspirador elétrico, dos carpetes, tapetes e capachos existentes, ou que venham a ser colocados, em pisos, paredes, colunas e tetos;
- d) remoção de poeira do mobiliário, máquinas, utensílios, corrimãos, espelhos, placas indicativas, ventiladores, extintores de incêndio, bases de microfones, relógios de parede, balcões, divisórias, cinzeiros e outros objetos em uso nas diversas dependências;
- e) lavagem, desinfecção e desodorização de todas as dependências sanitárias, compreendendo piso, pias, vasos, mictórios, portas, metais, espelhos, saboneteiras, porta-toalhas, e cestas de papéis usados;
- f) colocação sistemática de sabonete líquido, papel-toalha, papel higiênico e suporte para papel higiênico e desinfetante sólido para sanitários, de modo que as dependências sanitárias fiquem sempre abastecidas desses materiais;
- g) limpeza de obras de arte, na forma que for determinada pelo órgão responsável;
- h) limpeza geral dos elevadores, inclusive tapetes, portas e metais, com utilização de escova macia e produtos à base de silicone na limpeza das partes metálicas;
- i) manutenção de todos os pisos impermeabilizados, com utilização de esfregão em fibra sintética ("mopp") e polidora ("high-speed");
- j) limpeza dos "fumódromos" externos com substituição da areia nos cinzeiros, sempre que necessário;
- k) limpeza de calhas, ralos externos de coberturas e dos depósitos de águas pluviais;
- l) coleta seletiva, acondicionamento adequado e transporte de lixo, das dependências para os locais designados, utilizando recipientes que atendam às normas do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal;
- m) limpeza e desobstrução de coletores de águas servidas ou pluviais nos locais de varrição e lavagem;
- n) lavagem, com produto químico não corrosivo, de todos os pisos, escadas e corrimões;



- o) limpeza anti-séptica dos aparelhos telefônicos;
- p) lavagem, com produto desinfetante, de todas as lixeiras e coletores externos de lixo;
- q) limpeza interna e externa das geladeiras, excluídas aquelas localizadas nas copas.
- r) lavagem de todas as passadeiras.
- s) arrumação, nos galpões do SIA, de móveis, utensílios, livros e equipamentos, na forma determinada pelo órgão responsável, por intermédio dos dirigentes dos setores ali localizados.

- SEMANALMENTE:

- a) limpeza de estantes, abrangendo os objetos nelas colocados;
- b) remoção de manchas de móveis, portas, paredes, tetos, rodapés e colunas laváveis;
- c) limpeza dos poços de elevadores, das casas de força, de máquinas de ar refrigerado, de geradores e centros telefônicos;
- d) aplicação de produto restaurador a base de polímeros, com utilização de polidoras ("high-speed"), nos pisos impermeabilizados.
- e) limpeza de corrimões das escadas, dos poços de elevadores, das casas de força, de máquinas de ar refrigerado, de geradores e centros telefônicos;
- f) lavagem das calçadas adjacentes do Edifício Deputado Flávio Marcílio e das áreas de ligação com a garagem do mesmo prédio, na forma determinada pelo órgão responsável.

- QUINZENALMENTE:

- a) lavagem, quando for o caso, de poltronas, sofás, cadeiras e estofados;
- b) conservação do mobiliário envernizado, mediante a aplicação de produto apropriado, seguido de polimento;
- c) limpeza ou polimento, com produto químico apropriado, de metais, cinzeiros, placas, maçanetas e acessórios expostos de hidráulica ou eletricidade;
- d) limpeza externa de vidros, esquadrias, frisos, brise-soleil, do subsolo e andar térreo;
- e) remoção de cera dos pisos enceráveis, seguida de enceramento e polimento.

- MENSALMENTE:

- a) lavagem, com utilização de limpadora a vapor de aquecimento rápido e produtos apropriados, das paredes e demais dependências sanitárias dos banheiros e copas;
- b) enceramento de móveis enceráveis, seguido de polimento;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

- c) imunização de ralos e esgotos, com inseticida de boa qualidade e inofensivo ao ser humano;
- d) limpeza de persianas;
- e) aplicação de camada de produtos impermeabilizantes nos pisos.

- BIMESTRALMENTE:

- a) enceramento de lambris ou divisórias de madeira;
- b) lavagem de divisórias revestidas de melanina;
- c) lavagem e limpeza de tapetes e carpetes de pisos com produtos químicos e equipamentos apropriados.

- TRIMESTRALMENTE:

- a) limpeza de lâmpadas de qualquer tipo, de lustres, globos, arandelas, bacias ou outro complemento de iluminação elétrica;
- b) remoção e aplicação de produtos impermeabilizantes nos pisos;
- c) limpeza de divisórias revestidas de melanina;
- d) limpeza de teto e paredes.

- SEMESTRALMENTE:

- a) limpeza externa de vidros, esquadrias, frisos e brise-soleil dos andares do Edifício Flávio Marcílio, com equipamento adequado;
- b) limpeza das esquadrias internas de alumínio e polimento daquelas que aceitarem este tratamento;
- c) limpeza e conservação das coberturas dos edifícios;
- d) limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, com observância das normas técnicas estabelecidas pela Companhia de Água e Esgoto de Brasília e de modo a evitar prejuízo ao abastecimento e ao funcionamento dos serviços.
- e) Desinfecção das instalações sanitárias e de esgotos, de copos e demais dependências, com emprego de produtos químicos de boa qualidade, inofensivos ao ser humano, com observância das normas técnicas estabelecidas pelos órgãos competentes e com utilização de pessoal devidamente habilitado.

- EVENTUALMENTE:

Qualquer outro serviço julgado necessário ao asseio, higiene e conservação das dependências, garagem e estacionamentos privativos do Edifício Deputado Flávio Marcílio e sala VIP do Aeroporto, cuja ocorrência não esteja prevista nas tarefas periódicas. O órgão responsável poderá estabelecer nova rotina para a realização dos serviços.

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 2

DA CONTRATAÇÃO

1. DO CONTRATO

1.1. A adjudicatária do presente Pregão assinará o respectivo Contrato no prazo de dois dias úteis a partir da sua notificação, devendo prestar garantia, nos termos do Título 5 deste anexo.

1.1.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.

1.2. O contrato terá duração de doze meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, e com o inciso II do Artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da Câmara dos Deputados.

1.2.1. O início da prestação dos serviços se dará conforme o disposto no item 8.1 do Caderno de Especificações.

1.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante mantém as condições de habilitação.

1.4. Para a assinatura do contrato, a Adjudicatária indicará à Câmara dos Deputados, o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com os números de telefone e fax e o endereço eletrônico que serão utilizados para contato.

1.4.1. O preposto, cuja presença será constante no local de prestação de serviços, deverá manter permanente contato com o Órgão Responsável, comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados.

1.5. O Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do Contrato, como se nele estivessem transcritos.

1.6. Caso a adjudicatária convocada não assine o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital, a Câmara dos Deputados reserva-se o direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em conformidade com a proposta desta, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1.7. O Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.



2. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

2.1. No interesse da Câmara dos Deputados, o valor do Contrato decorrente desta licitação poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

2.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

2.1.2. O preço global anual contratado poderá ser repactuado, desde que observado interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação, cabendo à Contratada, na oportunidade de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos do Contrato, apresentando, inclusive, Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante.

2.1.3. Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, da convenção, do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, nos termos do artigo 5º do Decreto n. 2.271/97.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. A Contratada, até a data para o início da execução dos serviços prevista no item 8.1 do Caderno de Especificações, fornecerá ao Órgão Responsável a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, em meio eletrônico, contendo nome completo, cargo ou atividade a ser exercida, lotação, local de exercício na Câmara dos Deputados, endereço residencial, para fins de comprovação dos requisitos exigidos no Caderno de Especificações.

3.2.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

3.2.2. O formato do arquivo a ser fornecido em meio eletrônico pela Contratada, será definido pelo Órgão Responsável em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio da Câmara dos Deputados.

3.2.3. A Contratada não poderá ocupar os postos de trabalho alocados junto à Contratante com empregados, incluindo os ocupantes da função de preposto, que, em relação a Deputados Federais, ou mesmo a servidores da Câmara dos Deputados que detenham cargo ou função de direção, chefia e assessoramento,



sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.3. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa, além do uso de **uniforme** que identifique a Contratada, atendendo ao disposto no Título 4 do Caderno de Especificações.

3.3.1. Os empregados da Contratada, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do Órgão Responsável.

3.4. A Câmara dos Deputados poderá, de forma fundamentada, solicitar à Contratada que substitua os profissionais empregados que não estejam cumprindo a contento as atividades que lhes foram confiadas, devendo os substitutos possuírem as qualificações exigidas para a prestação do serviço.

3.4.1. O empregado a que se refere este item deverá ser substituído pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação formal.

3.5. Em todas as hipóteses de desligamento de empregado da prestadora de serviços colocado à disposição da Câmara dos Deputados, a Contratada deverá, no primeiro dia útil subsequente ao desligamento:

3.5.1. informar ao Órgão Responsável o nome do empregado desligado, para fins de cancelamento do acesso aos recursos de informática da Câmara dos Deputados;

3.5.2. devolver ao Órgão Responsável o crachá fornecido pela Câmara dos Deputados e a credencial de estacionamento, se houver.

3.6. A substituição de empregado por iniciativa da Contratada será precedida de comunicação formal ao Órgão Responsável, com vistas ao cumprimento da Portaria n. 119/2006 do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

3.7. A Contratada deverá manter o quantitativo mínimo de pessoal estabelecido neste Edital, inclusive em caso de licença ou falta de qualquer empregado, observado o disposto no Título 2 do Caderno de Especificações.

3.8. Os empregados da Contratada, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da Casa, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

3.8.1. Obriga-se a Contratada a manter o pagamento dos salários e das demais obrigações trabalhistas, devidas aos seus empregados, rigorosamente em dia.

3.8.2. A Contratada se obriga, em face do risco jurídico de seu negócio, a reembolsar a Câmara dos Deputados por todas as despesas decorrentes de



eventual reconhecimento judicial de subsidiariedade ou solidariedade trabalhista ou previdenciária da Contratante em face de descumprimento pela Contratada de obrigações de tal natureza.

3.9. A Contratada deverá pagar aos seus empregados, pelo menos, os **salários** previstos neste Edital, em conformidade com as condições e o prazo descritos no Título 1 do Caderno de Especificações.

3.9.1. A Câmara dos Deputados fiscalizará o cumprimento de suas determinações quanto aos salários, mediante exame da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada ao Órgão Responsável.

3.10. Além dos salários fixados, a Contratada ficará obrigada a fornecer, **auxílio-alimentação e auxílio-transporte**, conforme as disposições constantes do Título 5 do Caderno de Especificações.

3.11. A Contratada deverá apresentar, até o dia 15 de dezembro, nota fiscal/fatura em separado, correspondente às despesas com o **13º salário**, em conformidade com o disposto no Título 7 do Caderno de Especificações.

3.12. A prestação dos serviços objeto deste Edital deverá ser realizada conforme prazos, horários e condições descritas no Título 8 do Caderno de Especificações, observada a orientação do respectivo Órgão Responsável.

3.13. É obrigação da Contratada oferecer **treinamento** aos seus empregados, de modo a disponibilizar, permanentemente, mão-de-obra especializada para a prestação dos serviços, em conformidade com o disposto no Título 3 do Caderno de Especificações.

3.14. É obrigação da Contratada, sem prejuízo da devida fiscalização, velar pelo integral cumprimento das normas trabalhistas aplicáveis à prestação do serviço, inclusive com total obediência aos preceitos da Convenção Coletiva da categoria, a exemplo da NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, mormente no tocante às horas extraordinárias, repouso semanal remunerado, pausas e intervalo intrajornada.

3.15. É expressamente proibida a utilização dos telefones instalados na Câmara, sob a responsabilidade da Contratada, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço. Será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos por empregado da Contratada.

3.16. Se, por exclusivo interesse da Administração, a Contratada vier a ocupar espaço nas dependências da Câmara dos Deputados, estará isenta do pagamento pelo uso de área previsto no Ato da Mesa n. 61, de 13 de julho de 2005, ou legislação que o substitua.



3.16.1. A Câmara dos Deputados poderá disponibilizar ramais de seu PABX, bloqueados para ligações para celular e ligações de longa distância ou a sua rede de telefonia para instalação de linhas particulares de interesse da Contratada.

3.16.2. As despesas decorrentes dos ramais e da rede de telefonia disponibilizados serão cobrados na forma do Ato da Mesa n. 61, de 13 de julho de 2005 ou legislação que o substituir e da Portaria n. 69 de 2007.

3.16.3. A Contratada, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência dos contratos de trabalho de seus empregados, realizará, a suas expensas, os exames médicos e complementares exigidos, mantendo, no escritório que lhe for destinado os respectivos comprovantes para verificação pelo órgão responsável.

3.16.4. A contratada deverá ministrar ginástica laboral aos seus funcionários, a suas expensas e sem possibilidade de ressarcimento, no mínimo duas vezes por semana. Para tanto realizará, a suas expensas, os exames médicos e complementares exigidos para verificar aptidão para prática de atividade física do funcionário.

3.17. Além do estatuído neste Edital e em seus Anexos, a Contratada cumprirá as instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da Câmara dos Deputados.

3.18. A Contratada assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

3.19. A Contratada comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, **em até um dia útil após o ocorrido**, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

3.20. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

3.21. É proibida a veiculação de publicidade pela Contratada acerca do serviço objeto do contrato decorrente da presente licitação.

3.22. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Pregão, exceto quando se tratar de limpeza de esquadrias e brises externos, por empresa especializada.

3.23. Observada a legislação pertinente, a Contratada deverá, no prazo de quinze dias, contados da data da assinatura do contrato, dar início às providências



necessárias para constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, especificamente relacionada com o objeto desta licitação, concluindo-se no prazo máximo de dois meses, já contados o período de treinamento de seus componentes, os quais deverão manter entrosamento e integração de objetivos com a CIPA da própria Câmara dos Deputados.

4. DO PAGAMENTO

4.1. Os serviços objeto deste Edital, executados pela Contratada e aceitos pela Câmara dos Deputados, serão pagos em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

4.1.1. As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Órgão Responsável, desde que a Contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos definidos no Anexo n. 3 deste Edital.

4.2. O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

4.2.1. A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

4.2.1.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

4.2.2. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do ateste do Órgão Responsável, e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo as informações exigidas no Título 3 do Anexo n. 6, fornecida em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- c) cópia com autenticação bancária da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
- d) espelho da folha de pagamento específica do contrato, bem como espelho de substituições e rescisões, a serem elaborados em conformidade



com o modelo apresentado no Título 1 do Anexo n. 6, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;

- e) comprovantes específicos de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação referentes ao contrato;
- f) quando do pagamento da verba do 13º salário, espelho das informações a ser elaborado em conformidade com o modelo apresentado no Título 2 do Anexo n. 6, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- g) Certidão Negativa de Débitos – CND e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados;
- h) comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, imposto de renda, se for o caso, e demais encargos decorrentes de relações trabalhistas relativas ao pessoal contratado como trabalhador temporário ou como prestador de serviço autônomo.

4.2.2.1. O formato dos arquivos a serem fornecidos pela Contratada, referidos nas alíneas “a”, “d” e “f” deste subitem, será definido pelo Centro de Informática em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio da Câmara dos Deputados.

4.2.3. Para liberação das faturas, a Câmara dos Deputados levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

4.2.4. À Câmara dos Deputados será autorizada a recortar das faturas devidas à Contratada os valores referentes aos salários, auxílios e a eventuais haveres trabalhistas resilitórios, inclusive os encargos legais deles decorrentes, devidos aos empregados da Contratada, para repassá-los à conta corrente destes, bem como realizar os recolhimentos tributários, na ocorrência de uma das seguintes situações excepcionais:

- a) por ocasião da demonstração de incapacidade da contratada em efetuar os pagamentos aos seus empregados na data aprazada;
- b) por ocasião da não comprovação do pagamento por parte da Contratada, na rescisão contratual, das indenizações rescisórias devidas aos empregados demitidos.

4.2.5. Fica facultado à Câmara dos Deputados provisionar os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários devidos pela Contratada mediante depósito em conta corrente vinculada, aberta em nome da empresa, exclusivamente para esta finalidade, cuja movimentação deverá ser autorizada pela Câmara dos Deputados.

4.2.6. A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços na Câmara dos Deputados sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas no Anexo n. 3.

4.2.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Câmara dos Deputados



encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

4.3. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

4.4. Estando a Contratada isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

5. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a adjudicatária prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, de acordo com o artigo 93 e seus parágrafos do REGULAMENTO, observando o disposto a seguir:

5.1.1. A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

5.1.2. A garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual.

5.1.3. Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-Lei 1.737, de 20 de dezembro de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam devam ser as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, depositadas na Caixa Econômica Federal – CEF.

5.1.4. Se a garantia não for prestada em dinheiro, o documento de garantia deverá conter cláusula de renúncia aos benefícios contidos no artigo 827 do Código Civil, devendo ainda estar reconhecidas em cartório as firmas dos garantes.



5.1.5. Se a garantia for prestada por Seguro-Garantia, a apólice deverá conter cláusula expressa de cobertura de multas e sanções administrativas contratuais impostas ao Tomador, similar ao texto que segue: “Esta garantia dá cobertura ao pagamento das multas e sanções administrativas contratuais impostas ao Tomador”.

5.1.6. Se a garantia for prestada em títulos da dívida pública, sua aceitação será condicionada à atestação de sua validade e exigibilidade pelo órgão competente das fazendas federais, estaduais e municipais respectivas, conforme o caso.

5.1.7. No instrumento do seguro-garantia a Câmara dos Deputados deverá constar como beneficiária do seguro.

5.1.8. Não serão aceitas garantias concedidas de forma proporcional ao prazo de validade das mesmas.

5.1.9. O prazo para que a Câmara dos Deputados cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do contrato.

5.1.10. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil, para a Câmara dos Deputados requerer perante a instituição garantidora.

5.1.11. O atraso na prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com as disposições editalícias ensejará a aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estabelecido para a garantia, sem prejuízo do disposto no item 5.4 deste anexo.

5.1.12. A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da assinatura do contrato, ensejará a aplicação das medidas previstas no item 6 do Anexo n. 3.

5.2. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser depositada na Coordenação de Contabilidade da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I, 5.º andar, sala 505.

5.3. No caso de rescisão do contrato por culpa da Contratada, a garantia será executada para ressarcimento à Câmara dos Deputados das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e no REGULAMENTO.

5.4. Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da Contratada, decorrentes de faturamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

5.5. A devolução de garantia prestada em dinheiro será feita mediante ordem da Câmara dos Deputados junto à Caixa Econômica Federal para transferência do respectivo valor para conta expressamente indicada pela Contratada.

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 3

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
2. As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
3. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Contratada de ressarcir integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.
4. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
 - 4.1. Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, a saber:
 - a) advertência, formalizada por escrito;
 - b) multa, nos casos previstos neste Edital;
 - c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Administração Pública;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.
5. Caso a adjudicatária não assine o Contrato no prazo estipulado neste Edital, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.
 - 5.1. Ocorrendo a hipótese referida neste item, a Câmara dos Deputados anulará a Nota de Empenho e aplicará à adjudicatária multa de 10% (dez por cento) do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar o impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
6. As sanções previstas no item anterior aplicam-se, também, no caso de a Contratada deixar de prestar a garantia de execução do objeto prevista no Título 5 do Anexo n. 2, podendo, ainda, o contrato ser rescindido unilateralmente, por inexecução da obrigação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

7. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados para dar início à prestação dos serviços, à Contratada será imposta multa calculada sobre o valor da adjudicação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

8. Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

8.1. Não se aplica o disposto neste item, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

9. Findo o prazo fixado sem que a Contratada tenha iniciado a prestação dos serviços, além da multa prevista, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

10. Se a Contratada, a qualquer tempo, deixar de prestar os serviços ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

11. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela Contratada à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

12. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à Contratada, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor da contraprestação mensal, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da Contratada, dolo ou culpa e o disposto no item 11 deste anexo e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

INFRAÇÃO		PERCENTUAL (sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato)
1.	Deixar de cumprir qualquer das obrigações pactuadas ou previstas em lei para as quais não se comine outra sanção administrativa, por ocorrência	0,1%
2.	DEIXAR DE:	
2.1.	Apresentar qualquer dos documentos exigidos no subitem 4.2.2 do Anexo n. 2, até o dia 10 do mês da apresentação da nota fiscal/fatura, por documento e por dia	0,2%
2.2.	Comprovar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, na forma do Título 7 do Caderno de Especificações, por dia de atraso	1,2%
2.3.	Fornecer, semestralmente, na forma do Título 4 do Caderno de Especificações, uniforme e calçado aos seus empregados, por ocorrência e por dia	0,2%
2.4.	Substituir empregado que apresentar desuniformizado ou desatento às normas de higiene pessoal e ou sem identificação, por empregado e por dia	0,1%
2.5.	Apresentar registro de frequência de seus empregados, quando solicitado pelo órgão responsável, por solicitação	0,2%
2.6.	Cumprir a orientação do órgão responsável quanto à execução dos serviços, por ocorrência	0,1%
2.7.	Fornecer a relação nominal dos empregados, por solicitação	0,1%
2.8.	Observar as determinações da Câmara dos Deputados quanto à permanência e circulação de seus empregados nas dependências da Câmara dos Deputados, por ocorrência	0,2%
2.9.	Cumprir o disposto no item 3.19 do Anexo n. 2, no tocante à comunicação de ocorrências anormais, mencionando a circunstância relevante, por ocorrência	0,2%
2.10.	Executar, dentro do prazo, qualquer das tarefas definidas pelo Órgão Responsável, por tarefa e por dia	0,1%
2.11.	Submeter à aprovação do órgão responsável equipamentos e produtos utilizados na limpeza, conservação, desinfecção, desodorização e controle fitossanitário, por ocorrência	0,2%
2.12.	Atender convocação do órgão responsável para prestação de serviços extraordinários, por ocorrência	0,2%
2.13.	Remover o lixo na forma indicada no Caderno de Especificação, por ocorrência e por dia	0,4%
2.14.	Fornecer os materiais e equipamentos necessários à manutenção da limpeza e conservação nos termos do Caderno de Especificações, por ocorrência e por dia	0,2%
2.15.	Manter o quantitativo de equipamentos, em funcionamento, nos termos do Caderno de Especificações, por equipamento e por dia	0,2%
2.16.	Fornecer o controle de estoque atualizado dos almoxarifados, quando solicitado pelo Órgão Responsável, por solicitação	0,1%
3.	Manter em serviço número de empregados inferior ao contratado, por empregado/dia	0,8%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

INFRAÇÃO		PERCENTUAL (sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato)
4.	Usar saneantes domissanitários, defensivos e outros produtos químicos não aprovados pelo órgão governamental competente, por ocorrência	1,2%
5.	Interromper a realização do serviço, por ocorrência e por dia de paralisação	1,2%
6.	Manter empregado não qualificado para prestar serviço, ou que se conduza de modo inconveniente, ou incompatível com suas atribuições, nos termos do subitem 3.4.1 do Anexo n. 2 do Edital, por empregado e por dia	1,2%
7.	CONSIDERA-SE INFRAÇÃO CONTRATUAL PASSÍVEL DE MULTA, SEM PREJUÍZO DAS COMINAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:	
7.1.	Descontar do salário dos seus empregados o custo do uniforme e calçado, por empregado	0,1%
7.2.	Não conceder o intervalo fixado em lei para refeição, por dia/empregado	0,1%
7.3.	Não conceder o intervalo fixado em lei para repouso e descanso semanal remunerado, por semana/empregado	0,2%
7.4.	Manter empregado em serviço além da jornada normal de trabalho ou de prorrogação autorizada em lei, por dia/empregado	0,2%
7.5.	Deixar de pagar os acréscimos salariais decorrentes de lei ou contrato, por empregado	1,2%
7.6.	Deixar de cumprir exigências relativas à higiene, segurança no trabalho, cursos de atualização solicitados e ginástica laboral, por ocorrência	0,1%
7.7.	Fornecer com atraso ou não fornecer auxílio-transporte aos seus empregados, por empregado e por dia	0,1%
7.8.	Fornecer com atraso, ou não fornecer auxílio-alimentação aos seus empregados, ou fornecê-lo em valor inferior ao fixado neste Edital, por empregado e por dia	0,1%
7.9.	Deixar de apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados quando solicitado pelo órgão responsável, por solicitação	0,8%
7.10	Deixar de pagar os salários dos empregados até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços, por ocorrência e por dia	1,2%

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 4

MODELO DA PROPOSTA COMPLETA

(Anexo disponível em documento WORD (.doc) para download na página
<http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>).

I – FORMALIZAÇÃO

OBJETO: Prestação de serviços continuados na área de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, em prédios administrativos da Câmara dos Deputados.

LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TEL.: _____

FAX: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

Apresentamos nossa proposta para a presente licitação, de acordo com as disposições do Edital do Pregão Eletrônico n. 134/11.

Decorre do conteúdo da presente proposta a explicitação do seguinte PREÇO DE JULGAMENTO:

R\$: _____ (em algarismos)

No valor proposto estão incluídos todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para a execução dos serviços objeto da licitação, em conformidade com as especificações e demais condições e exigências constantes do Edital.

O prazo de validade da presente proposta é de _____ (por extenso) dias. (conforme o disposto no Título 9 do Edital).

É OBRIGATÓRIA A COMPROVAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA “A” DO ITEM 9.3 DO EDITAL.



II – PLANILHA RESUMIDA DE FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

MONTANTE “A”

1 – SALÁRIOS

CATEGORIA	QUANT. MÍN.	REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Encarregado Geral	1	R\$ 4.204,45	R\$ 4.204,45
Encarregado Setorial	1	R\$ 2.313,86	R\$ 2.313,86
Encarregado de Serviço	12	R\$1.658,14	R\$ 19.897,68
Servente	212	R\$829,06	R\$ 175.760,72
Almoxarife	2	R\$1.243,62	R\$ 2.487,24
Auxiliar de Encarregado	1	R\$1.243,62	R\$1.243,62
<u>A1</u> TOTAL	229	-----	R\$ 205.907,57

* OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DO TÍTULO 1 DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES PARA A COTAÇÃO DE SALÁRIOS.

2 – SUBTOTAL - REMUNERAÇÃO

SOMATÓRIO DE “A1”	R\$ 205.907,57
--------------------------	-----------------------

3 – ENCARGOS SOCIAIS

<u>A2*</u> - % (..... por cento) correspondentes aos encargos sociais totais, aplicados sobre o valor indicado no Quadro 2 (SUBTOTAL REMUNERAÇÃO)	
---	--

*INDISPENSÁVEL ANEXAR PLANILHA DISCRIMINATIVA DE TODOS OS ITENS E PERCENTUAIS FORMADORES DA PERCENTAGEM FINAL DE ENCARGOS SOCIAIS.

4 – TOTAL DO MONTANTE “A”

SOMATÓRIO DO ITEM 2 + ITEM 3 (REMUNERAÇÃO + ENC.SOCIAIS)	
---	--

MONTANTE “B”

5 – CUSTOS ADICIONAIS

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (ver observações constantes do Título 5 do Caderno de Especificações)	R\$ 105.340,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE (detalhar em planilha específica)	



UNIFORME (detalhar em planilha específica)	
EQUIPAMENTOS (detalhar em planilha específica)	
MATERIAIS DE CONSUMO (detalhar em planilha específica)	
MATERIAIS DE CONSUMO DURÁVEIS (detalhar em planilha específica)	
AUXÍLIO FUNERAL (detalhar em planilha específica)	
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA (detalhar em planilha específica)	
B1 – TOTAL DOS CUSTOS ADICIONAIS	

*CASO OS VALORES OFERTADOS PARA QUALQUER DOS GRUPOS DE CUSTO RELATIVOS A UNIFORMES, EQUIPAMENTOS OU MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAS DE CONSUMO DURÁVEIS ESTEJAM ABAIXO DE 70% DO ORÇAMENTO ESTIMADO CONSTANTE DESTE EDITAL, OBRIGA-SE A LICITANTE A DEMONSTRAR A EXEQUIBILIDADE DE SUA PROPOSTA.

6 – MONTANTE “A” + B1

SOMATÓRIO DO ITEM 4 + ITEM 5 (TOTAL DO MONTANTE “A” + CUSTOS ADICIONAIS)	
--	--

7 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: % (_____ por cento)

7.1. Fórmula para obtenção da Taxa de Administração:

Taxa de Administração:
(em percentual) $\left\{ \frac{[1+(\text{Lucro}/100)]*[1+(\text{Despesas Indiretas}/100)]}{[1-(\text{Tributos}/100)]} \right\} * 100 - 100$

7.2. VALOR CORRESPONDENTE À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
(montante A+B1)*(Taxa de Administração/100) : R\$

8 – PREÇO BÁSICO MENSAL

SOMATÓRIO DO ITEM 6 + ITEM 7.2	
--------------------------------	--

9 – PREÇO BÁSICO ANUAL

ITEM 8 (Preço básico mensal) x 12	
-----------------------------------	--

10 – ESTIMATIVA PARA 13º salário

SOMATÓRIO DO ITEM 2 (REMUNERAÇÃO) multiplicado cumulativamente por (1+X) e por (1+Y), onde:	
---	--



X: valor do Grupo "A" dos Encargos Sociais Básicos da proposta da licitante, expresso em decimais.
Y : taxa de administração da proposta da licitante, expressa em decimais (item 7.1).

11 – PREÇO DE JULGAMENTO

SOMATÓRIO DOS ITENS 9 e 10 (Preço básico anual + 13º salário).	R\$ (***)
--	-----------

PREÇO DE JULGAMENTO (GLOBAL ANUAL):

(por extenso)

(***) O valor indicado nesta célula é o valor que deve ser considerado no envio da Proposta Eletrônica).

III – PLANILHA DE FORMAÇÃO DO CUSTO DOS ENCARGOS SOCIAIS

A licitante deverá apresentar planilha detalhada e nominada de todos os encargos sociais incidentes, tais como encargos básicos correspondentes às obrigações que, por lei, incidem diretamente sobre a folha de pagamento, os proporcionais aos direitos a recebimento de salários com base na estimativa de dias em que não há prestação de serviços (férias, ausências legais etc), previsão para indenizações (dispensa sem justa causa, aviso prévio indenizado etc.) e as incidências dos encargos básicos sobre os encargos decorrentes de previsões e estimativas.

A planilha deve refletir a situação específica da licitante.

IV - PLANILHA DE FORMAÇÃO DO CUSTO DOS UNIFORMES

PEÇAS	(A) QUANT. TOTAL (NÚMERO DE PEÇAS ANUAL x QUANT. DE EMPREGADOS)	(B) PREÇO UNITÁRIO	(C) PREÇO MENSAL (C)=A/12xB
ENCARREGADO GERAL E SETORIAL			
Terno completo (com calça ou saia) em microfibra	8		
Camisa social de tecido leve em algodão	8		
Gravata / lenço	8		
Cinto	8		
Meias	8		
Sapato preto com solado antiderrapante	8		
ENCARREGADO DE SERVIÇO E AUXILIAR DE ENCARREGADO			
Calça social de tecido leve em	52		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

PEÇAS	(A) QUANT. TOTAL (NÚMERO DE PEÇAS ANUAL x QUANT. DE EMPREGADOS)	(B) PREÇO UNITÁRIO	(C) PREÇO MENSAL (C)=A/12xB
microfibras			
Camisa social de tecido leve em algodão	52		
Gravata / lenço	52		
Cinto	52		
Meias	52		
Sapato preto com solado antiderrapante	52		
ALMOXARIFE			
Calça de tecido leve em algodão	8		
Jaleco de tecido leve em algodão	8		
Cinto	8		
Meias	8		
Calçado com solado antiderrapante	8		
SERVENTE			
Calça de tecido leve em algodão	848		
Jaleco de tecido leve em algodão	848		
Cinto	848		
Meias	848		
Calçado com solado antiderrapante	848		
PREÇO TOTAL MENSAL R\$			

PARA ESTE ITEM, VALOR TOTAL INFERIOR A 70% DO ORÇAMENTO IMPLICA A OBRIGAÇÃO DE DEMONSTRAR SUA EXEQUIBILIDADE.

V – PLANILHA DE FORMAÇÃO DO CUSTO DOS EQUIPAMENTOS

ESPÉCIE	UN	(A) QUANT.	(B) PREÇO DE AQUISIÇÃO DO EQUIP. (R\$)	(C) PREÇO TOTAL DOS EQUIP. (R\$) C=(A)*(B)	(D) PERC. MENSAL PROVÁVEL DEPRECIÇÃO/ JUROS E MANUTENÇÃO (%)	(E) PREÇO TOTAL MENSAL MÉDIO DOS EQUIP. (R\$) E=(C)*(D)
Aspirador Industrial Água e Pó (Ref. Karcher A2104 ou Eletrolux GT 3000 PRO ou Compact 320 da Soteco)	un	24				
Aspirador Doméstico Pequeno (Ref. Eletrolux Silent Prof ou Karcher A2003 ou Leo da Soteco)	un	6				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

ESPÉCIE	UN	(A) QUANT.	(B) PREÇO DE AQUISIÇÃO DO EQUIP. (R\$)	(C) PREÇO TOTAL DOS EQUIP. (R\$) $C=(A)*(B)$	(D) PERC. MENSAL PROVÁVEL DEPRECIÇÃO/ JUROS E MANUTENÇÃO (%)	(E) PREÇO TOTAL MENSAL MÉDIO DOS EQUIP. (R\$) $E=(C)*(D)$
Aspirador Floorvac 1500 20 litros (ref. WAP ou Compact 300 da Soteco)	un	2				
Carrinho Funcional para Limpeza (Ref. TTS 380 S, completo s ou Tomki 1021)	un	6				
Carro Container p/ Coleta de Lixo cap.120 litros, com 02 rodízios pneumáticos (Ref. Soluvam ou Contenur C-120 ou Rubbermaid ou Fiberglass)	un	4				
Carro Container p/ Coleta de Lixo cap. 600 litros com 02 rodízios pneumáticos (Ref. Soluvam ou Contenur ou Rubbermaid ou Fiberglass)	un	6				
Carro plataforma para transporte de materiais (ref. Marcon TM 52 ou Rubbermaid ou Fiberglass)	un	3				
Cinto de Segurança tipo pára-quedas (ref. MG Cinto MG 1841C ou Proteger)	un	2				
Fita de isolamento de área - 100m (mod. 19398 ref. Nippom Safety ou Mexplac)	un	2				
Enceradeira Industrial Grande 510MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	un	3				
Enceradeira Industrial Média 410MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	un	9				
Enceradeira Industrial Pequena 350MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	un	3				
Escada em Alumínio com 6 degraus (ref. Alulev ou Art Factory)	un	6				
Lavadora de Alta Pressão (ref. Wap L2600 ou L2800 ou Eletrolux L2400)	un	2				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

ESPÉCIE	UN	(A) QUANT.	(B) PREÇO DE AQUISIÇÃO DO EQUIP. (R\$)	(C) PREÇO TOTAL DOS EQUIP. (R\$) $C=(A)*(B)$	(D) PERC. MENSAL PROVÁVEL DEPRECIÇÃO/ JUROS E MANUTENÇÃO (%)	(E) PREÇO TOTAL MENSAL MÉDIO DOS EQUIP. (R\$) $E=(C)*(D)$
Lavadora e Secadora Automática de Piso (ref. Plataforma LST 51B ou Johnson Diversey Aquamat 45 ou Comac Simpla 45 E/45 B)	un	2				
Limpadora a Vapor de Aquecimento Rápido (ref. Sky Wap max ou Karcher)	un	5				
Sistema de Comunicação Móvel (célular ou rádio motorola ET150)	un	16				
Varredora Coletora p/ Estacionamento (ref. Eureka Picobello 151 ou Karcher T500)	un	2				
Pulverizador 20 litros (Vonder)	un	2				
Aparelho odorizador automático (Columbus Brasil) e refis	un	60				
Pulverizador 20 litros (Vonder)	un	2				
Aparelho odorizador automático (Columbus Brasil) e refis	un	60				
(F) PREÇO TOTAL MENSAL MÉDIO DOS EQUIPAMENTOS (R\$)						(F)=Σ (E)

PARA ESTE ITEM, VALOR TOTAL INFERIOR A 70% DO ORÇAMENTO IMPLICA A OBRIGAÇÃO DE DEMONSTRAR SUA EXEQUIBILIDADE.

VI – PLANILHA DE FORMAÇÃO DO CUSTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANT. MÉDIA DE CONSUMO MENSAL	Preço Unitário (R\$)	Preço Mensal (R\$)
Água Sanitária	lt	486		
Álcool líquido	lt	400		
Brilho Inox em Spray (ref. 3M) embalagem 500 ml	embal.	7		
Cera Impermeabilizante Acrílico (ref. Traffic, fabric. Johnson Diversey)	bombona 5l	4		
Cera Líquida Incolor concentrada, diluição 1/10 ref. Audax ou similar	bombona 5l	3		
Cera Polidora de pintura, em pasta (ref. Grand Prix ou similar)	lt 200g	3		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANT. MÉDIA DE CONSUMO MENSAL	Preço Unitário (R\$)	Preço Mensal (R\$)
Desinfetante líquido (referência Vero Plus, diluição 1/100, ou similar)	bombona 5l	37		
Detergente Alcalino p/ Limpeza Geral, diluição 1/100 (ref. Esmerol)	gl 5lt	1		
Desodorizante (referência Bom Ar ou similar) - lata/spray 400 ml	un	102		
Detergente líquido neutro (referência Vero Plus, diluição 1/100, ou similar)	bomba 5lt	37		
Disco Hi-Pro – 510mm ref. 3M ou similar	un	2		
Disco p/ Polidora High Speed, polidor, para retirada de marcas, de fibra natural , ref. 3M - pêlo de porco – restaurador	un	1		
Disco Remomível para enceradeira, 350mm, verde, ref. 3M ou similar	un	3		
Disco Remomível para enceradeira, 410mm, verde, ref. 3M ou similar	un	3		
Disco Remomível para enceradeira, 510mm, verde, ref. 3M ou similar	un	2		
Disco Remomível para enceradeira, 350mm, branco, ref. 3M ou similar	un	2		
Disco Remomível para enceradeira, 410mm, branco, ref. 3M ou similar	un	2		
Disco Remomível para enceradeira, 510mm, branco, ref. 3M ou similar	un	1		
Escova de Nylon Multiuso Manual, 13 x 6,5 cm, fibras de aprox 2,5 cm	un	4		
Esponja Dupla Face, ref 3M ou similar	un	113		
Esponja de Aço 60g (ref. Bombril, Assolan ou similar)	pct 8 und	22		
Estopa	pct 500g	2		
Flanela em Peça, 40x60 cm, ref. Copa Limpa ou similar	un	189		
Limpador Desinfetante (Ref. Drastic 700ml)	un	5		
Limpa Carpete diluível 1/20 (Ref. Briosol)	bomba 5lt	7		
Limpa Pedra diluível 1/5 (Ref. Start)	bomba 5lt	4		
Limpa Vidro (Ref. Start)	und 500ml	30		
Limpador Multi-Usado diluível 1/20 (Ref. Ajax Fresh)	und. 500ml	139		
Lustra Móveis (Ref. Worker ou similar)	um 200ml	114		
Luva de Latéx c/ Forro, ref. DA-299 Confort Latéx, comprimento 29 cm, fabric. Danny ou similar	par	109		
Máscara Filtradora Descartável, ref. 3M ou similar	un	22		
Papel Higiênico, IHR-25, profissional, Inovatta, folha dupla, fabric. Santher (rolo 250 m)	pct 8und	250		
Papel toalha interfolhado (referência Inovatta, fabric. Santher ou similar), caixa com 2.400 folhas, folha dupla, tamanho 23 x 20 cm	cx 2400fl	560		
Pedra Sanitária eucalipto, 35 g, fabric Zupp ou similar	cx 96un	3		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANT. MÉDIA DE CONSUMO MENSAL	Preço Unitário (R\$)	Preço Mensal (R\$)
Polidor p/ Metais, ref. Silvo ou similar	und. 200ml	10		
Removedor p/ piso Impermeabilizado (Sistema Metalic 100 UHS, diluível 1/8 até 1/20, fabric. Indeba)	bomba 5lt	28		
Restaurador Sistema Metalic HS, Metalic 40 (diluível até 1/4), fabric. Indeba	bomba 5lt	1		
Sabão de Coco, fabric. Minuano ou similar, 100g	pc 5un	42		
Sabonete em Pedra, ref. Lux Lavanda, 90g, fabric. Unilever ou similar	un	124		
Sapólio Rádium em Pedra, fabric. Bombril ou similar	und 200gr	31		
Sabonete Líquido Nobla 5 litros ref. Johnson Diversey ou similar	bomba 5lt	29		
Saco de Pano para Limpeza, tamanho 1,00 x 0,60 m	un	161		
Saco Descartável p/ Aspirador Electrolux (kit filtro – 3 unidades de 10L)	un	25		
Saco Plástico p/ Lixo 100 L Azul	un	6.000		
Saco Plástico p/ Lixo 100 L Vermelho	un	7.500		
Saco Plástico p/ Lixo 100 L Preto	un	10.000		
Saco Plástico p/ Lixo 20 L Preto	un	15.000		
Selador Sistema Metalic HS, Metalic 3, fabric. Indeba	bomba 5lt	4		
PREÇO TOTAL MENSAL R\$				

PARA ESTE ITEM, VALOR TOTAL INFERIOR A 70% DO ORÇAMENTO IMPLICA A OBRIGAÇÃO DE DEMONSTRAR SUA EXEQUIBILIDADE.

VII – PLANILHA DE FORMAÇÃO DO CUSTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO DURÁVEIS

MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL	UN	(A) ESTOQUE INICIAL	(B) CONSUMO MENSAL (*)	(C) PREÇO UNITÁRIO (R\$)	(D) PREÇO MENSAL (R\$) D= A+(B*11)*C/12
Avental Plástico	un	8	1		
Balde Plástico 12 Litros	un	120	6		
Balde Plástico 60 Litros	un	10	1		
Bonnets fibra curta c/esfregão p/ carpete P269(48,3 cm) 430mm fabricação Rubbermaid ou SPARTA	un	5	0,09		
Bota de Borracha nº 40 Cano Médio cor preta	un	10	0,09		
Capa p/ Chuva com capúz cor amarela tamanho "G"	un	6	0,09		
Escova de Nylon p/ Enceradeira 350mm CLEANER	un	2	0,09		
Escova de Nylon p/ Enceradeira 410mm CLEANER	un	9	0,09		
Escova de Nylon p/ Enceradeira 510mm CLEANER	un	3	0,09		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL	UN	(A) ESTOQUE INICIAL	(B) CONSUMO MENSAL (*)	(C) PREÇO UNITÁRIO (R\$)	(D) PREÇO MENSAL (R\$) D= A+(B*11)*C/12
Fita p/ isolamento de área zebraada amarela e preto ultra resistente 7,6cm x 200m	rolo	1	0,09		
Combinado Rodo limpa vidros 25cm 4x1 de polietileno de alta impacto ref. 1401 TOMKI, Bralimpia ou similar	un	10	0,09		
Placa p/ Sinalização Piso Molhado em polipropileno tipo cavalete compacto 33x41cm dobrável ref. GC 143 SETON/TONKI 1705	un	20	0,09		
Extensão com carretel 2X2,5mm2 X 20,00 m- SUPORTE COM CARRETEL INJETADO EM POLIPROPILENO COM DIÂMETRO DE 290 MM COM 3 TOMADAS UNIVERSAIS.	un	20	0,09		
Espátula de aço com cabo de madeira 4" 101x185mm cabo amarelo fabricação MAX Ferramentas	un	4	0,09		
Mop água / úmido médio 340 gr ALGODÃO com ponta CORTADA 340 fabricação TOMKI/ CONCISE/ TTS ou similar	un	6	0,09		
Fibra p/ Limpeza Geral - Manta não tecida de fibras sintéticas com metal abrasivo espessura 16mm dim.: 102x260 mm verde escuro (Scottch-Brite MR fabricação 3M)	un	10	5		
Mangueira Top cristal Ø3/4"x 50 m PVC flexível, camada em poliéster trançado , para pressões de 6 bar Tramontina Mult ou similar	un	2	0,09		
Máscara Protetora p/ Gases fabricação série 7500 CA 12011 3M, CARBOGRAFIT ou similar	un	5	0,09		
Mop Pó Supertat referência J453 Completo, cor azul, 61cm (fabricação Rubbermaid ou similar)	un	8	0,09		
Óculos de Segurança de Ampla Visão CA 14056 3M	un	5	0,09		
Pá p/ Lixo Plástica/Galvanizada com cabo longo 90 cm ref. 15300 maca Tomki,São Bernardo, Madetec ou similar	un	47	2		
Protetor auricular Siliconizado - Protetor Auditivo 1310 contra ruídos tipo plugue de canal com haste (prende os pluges firmemente nos ouvidos) fabricação 3M	par	5	2		
Regador de 10 L. Verde em Chapa e Tinta Epoxi e Duas Asas JC19062 fabricante JARDINCENTRO	un	3	0,09		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL	UN	(A) ESTOQUE INICIAL	(B) CONSUMO MENSAL (*)	(C) PREÇO UNITÁRIO (R\$)	(D) PREÇO MENSAL (R\$) D= A+(B*11)*C/12
Rodo p/ Pia de Banheiro manual, anatômico fabricante Guirado/ Bettani/ Dalcim	un	35	3		
Rodo 40cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50 cm Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	90	5		
Rodo 60cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50m Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	20	5		
Rodo 90cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50m Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	10	2		
Suporte LT (esfregão) 3M (SCOTTCH-BRITE)	un	10	0,18		
Vassoura de Pêlo 40cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	20	3		
Vassoura de Pêlo 60cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	10	2		
Vassoura de Pêlo 90cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	6	2		
Vassoura Piaçava nº 3 com cabo 1,50m marca Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	un	30	2		
Vassoura p/ Vaso Sanitário com cabo de madeira fabricante Guirado/ Bettani/ Dalcim	un	80	10		

(*) Quando o quantitativo referente ao consumo mensal for inferior a 1 (um), a entrega será anual, conforme definição do órgão responsável.

PARA ESTE ITEM, VALOR TOTAL INFERIOR A 70% DO ORÇAMENTO IMPLICA A OBRIGAÇÃO DE DEMONSTRAR SUA EXEQUIBILIDADE.

VIII – PLANILHA DE FORMAÇÃO DO CUSTO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL MENSAL DO AUXÍLIO-TRANSPORTE			



IX – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE OUTROS CUSTOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
AUXÍLIO FUNERAL			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA			
TOTAL MENSAL DE OUTROS CUSTOS			

Consignar em planilha específica outros custos que a licitante tenha considerado na planilha resumida, **especialmente os definidos em convenção coletiva que a licitante entenda exigíveis. (NÃO CONSIGNAR** as verbas de auxílio-alimentação).

X – COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

(Informação que obrigatoriamente deve constar da proposta)

A Taxa de Administração desta proposta foi definida com base nos seguintes percentuais:

Componente	Percentual (%)
LUCRO	
Despesas Indiretas não enquadráveis na planilha de custos do serviço	
TRIBUTOS	ISS
	COFINS
	PIS/Pasep

Fórmula para obtenção da Taxa de Administração:

Taxa de Administração:
$$\frac{\{1 + (\text{Lucro}/100)\} \cdot [1 + (\text{Despesas Indiretas}/100)]}{[1 - (\text{Tributos}/100)]} \cdot 100 - 100$$

(em percentual)
VALOR CORRESPONDENTE À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = (montante A+B1)*(Taxa de Administração/100)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

Declaramos que, a partir do momento em que o somatório dos valores mensais pagos a título de depreciação, consignados no campo "*Preço Total Mensal Médio dos Equipamentos*" da planilha V (Equipamentos) da Proposta, alcançar o próprio custo de aquisição, demonstrado no campo "*Preço Total dos Equipamentos*" da mesma planilha, considerando-se eventuais prorrogações de vigência do contrato, a propriedade de tais equipamentos será transferida à Câmara dos Deputados.

Brasília, de de 2011.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

ANEXO N. 5

ORÇAMENTO ESTIMADO

Item	Discriminação	Quantidade de pessoas (por categoria)	Unidade das categorias	Salário mensal das categorias (real)	Total dos adicionais das categ. (real)	Salário mensal das categ. com adicionais (real)	Total mensal médio das categorias (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual das categorias (real)
01.00.00 MÃO-DE-OBRA										
01.01.00	CATEGORIAS - ESCALA NORMAL - 23DIAS	(1)		(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5) = (1) x (4)	(6)		(7) = (5) x (6)
01.01.01	Encarregado geral	1,00	un	4.204,45		4.204,45	4.204,45	12,00	mês	50.453,40
01.01.02	Encarregado setorial	1,00	un	2.313,86		2.313,86	2.313,86	12,00	mês	27.766,32
01.01.03	Encarregado de serviço	12,00	un	1.658,14		1.658,14	19.897,68	12,00	mês	238.772,16
01.01.04	Servente	212,00	un	829,06		829,06	175.760,72	12,00	mês	2.109.128,64
01.01.05	Almoxarife	2,00	un	1.243,62		1.243,62	2.487,24	12,00	mês	29.846,88
01.01.06	Auxiliar de Encarregado	1,00	un	1.243,62		1.243,62	1.243,62	12,00	mês	14.923,44
<i>Somatório do subitem categoria 23 dias</i>		229,00					205.907,57			2.470.890,84
A1	<i>Somatório do subitem categorias</i>	229,00					205.907,57			2.470.890,84
Item	Discriminação			Percentual das leis sociais	Unidade das leis sociais (%)	Total mensal médio das categorias (real)	Total mensal médio das leis sociais (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual das leis sociais (real)
01.02.00	LEIS SOCIAIS e RISCOS do TRABALHO sem o 13º SALÁRIO			(8)		(9)	(10) = (8) x (9)	(11)		(12) = (10) x (11)
01.02.01	Leis sociais (conforme tabela anexa)			56,24	%	205.907,57	115.802,42	12,00	mês	1.389.629,01
A2	<i>Somatório do subitem Leis Sociais sem o 13º salário</i>						115.802,42			1.389.629,01



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

A				Somatório do item 01.00.00		MENSAL:		R\$ 321.709,99		ANUAL		R\$ 3.860.519,85	
Item	Discriminação	Quantidade de pessoas (un)	Quant. de unif. / ano / pessoa (un)	Total de uniformes / ano (un)	Unidade dos uniformes	Preço do uniforme (real)	Total mensal médio dos uniformes (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual dos uniformes (real)			
02.00.00 UNIFORME													
Encarregado de serviço													
CATEGORIAS - ESCALA NORMAL - 23DIAS													
02.01.00	Encarregado geral	(13)	(14)	(15)		(16)	(19) = (18) / (17)	(17)		(18) = (15) x (16)			
02.01.01	Terno completo (com calça ou saia) em microfibra	1,00	4,00	4,00	un	209,50	69,83	12,00	mês	838,00			
02.01.02	Camisa social de tecido leve em algodão	1,00	4,00	4,00	un	38,50	12,83	12,00	mês	154,00			
02.01.03	Gravata / lenço	1,00	4,00	4,00	un	16,33	5,44	12,00	mês	65,32			
02.01.04	Cinto	1,00	4,00	4,00	un	19,00	6,33	12,00	mês	76,00			
02.01.05	Meias	1,00	4,00	4,00	par	7,00	2,33	12,00	mês	28,00			
02.01.06	Sapato preto com solado antiderrapante	1,00	4,00	4,00	par	62,00	20,67	12,00	mês	248,00			
02.02.00	Encarregado setorial	(13)	(14)	(15)		(16)	(19) = (18) / (17)	(17)		(18) = (15) x (16)			
02.02.01	Terno completo (com calça ou saia) em microfibra	1,00	4,00	4,00	un	209,50	69,83	12,00	mês	838,00			
02.02.02	Camisa social de tecido leve em algodão	1,00	4,00	4,00	un	38,50	12,83	12,00	mês	154,00			
02.02.03	Gravata / lenço	1,00	4,00	4,00	un	16,33	5,44	12,00	mês	65,32			
02.02.04	Cinto	1,00	4,00	4,00	un	19,00	6,33	12,00	mês	76,00			
02.02.05	Meias	1,00	4,00	4,00	par	7,00	2,33	12,00	mês	28,00			
02.02.06	Sapato preto com solado antiderrapante	1,00	4,00	4,00	par	62,00	20,67	12,00	mês	248,00			
02.03.00	Encarregado de serviço	(13)	(14)	(15)		(16)	(19) = (18) / (17)	(17)		(18) = (15) x (16)			
02.03.01	Calça social de tecido leve em microfibra	12,00	4,00	48,00	un	52,00	208,00	12,00	mês	2.496,00			
02.03.02	Camisa social de tecido leve em algodão	12,00	4,00	48,00	un	38,50	154,00	12,00	mês	1.848,00			
02.03.03	Gravata / lenço	12,00	4,00	48,00	un	16,33	65,32	12,00	mês	783,84			
02.03.04	Cinto	12,00	4,00	48,00	un	19,00	76,00	12,00	mês	912,00			
02.03.05	Meias	12,00	4,00	48,00	par	7,00	28,00	12,00	mês	336,00			
02.03.06	Sapato preto com solado antiderrapante	12,00	4,00	48,00	par	62,00	248,00	12,00	mês	2.976,00			
02.04.00	Servente	(13)	(14)	(15)		(16)	(19) = (18) / (17)	(17)		(18) = (15) x (16)			
02.04.01	Calça de tecido leve em algodão	212,00	4,00	848,00	un	33,33	2.355,32	12,00	mês	28.263,84			
02.04.02	Jaleco de tecido leve em algodão	212,00	4,00	848,00	un	27,33	1.931,32	12,00	mês	23.175,84			
02.04.03	Cinto	212,00	4,00	848,00	un	19,00	1.342,67	12,00	mês	16.112,00			
02.04.04	Meias	212,00	4,00	848,00	par	7,00	494,67	12,00	mês	5.936,00			
02.04.05	Calçado com solado antiderrapante	212,00	4,00	848,00	par	62,00	4.381,33	12,00	mês	52.576,00			
02.05.00	Almoxarife	(13)	(14)	(15)		(16)	(19) = (18) / (17)	(17)		(18) = (15) x (16)			



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

02.05.01	Calça de tecido leve em algodão	2,00	4,00	8,00	un	33,33	22,22	12,00	mês	266,64
02.05.02	Jaleco de tecido leve em algodão	2,00	4,00	8,00	un	27,33	18,22	12,00	mês	218,64
02.05.03	Cinto	2,00	4,00	8,00	un	19,00	12,67	12,00	mês	152,00
02.05.04	Meias	2,00	4,00	8,00	par	7,00	4,67	12,00	mês	56,00
02.05.05	Calçado com solado antiderrapante	2,00	4,00	8,00	par	62,00	41,33	12,00	mês	496,00
02.06.00	Auxiliar de Encarregado	(13)	(14)	(15)		(16)	(19) = (18) / (17)	(17)		(18) = (15) x (16)
02.06.01	Calça social de tecido leve em microfibra	1,00	4,00	4,00	un	52,00	17,33	12,00	mês	208,00
02.06.02	Camisa social de tecido leve em algodão	1,00	4,00	4,00	un	38,80	12,93	12,00	mês	155,20
02.06.03	Gravata / lenço	1,00	4,00	4,00	un	16,33	5,44	12,00	mês	65,32
02.06.04	Cinto	1,00	4,00	4,00	un	19,00	6,33	12,00	mês	76,00
02.06.05	Meias	1,00	4,00	4,00	par	7,00	2,33	12,00	mês	28,00
02.06.06	Sapato preto com solado antiderrapante	1,00	4,00	4,00	par	62,00	20,67	12,00	mês	248,00
52,00										
B	Somatório do item 02.00.00					MENSAL:	R\$ 11.683,66	ANUAL	R\$ 140.203,96	
Item	Discriminação		Dias úteis no mês (dias)	Quantidade de pessoas (un)	Total de vales no mês (un)	Preço dos vales (real)	Total mensal médio dos vales (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual dos vales (real)
03.00.00	BENEFÍCIOS COMUNS									
03.01.00	ALIMENTAÇÃO		(20)	(21)	(22) = (20) x (21)	(23)	(24) = (22) x (23)	(25)		(26) = (24) x (25)
03.01.01	Ticket alimentação (para categorias escala normal) - 23 ou 26 dias trabalhados no mês		23,00	229,00	5.267,00	20,00	105.340,00	12,00	mês	1.264.080,00
Somatório do subitem alimentação										
							105.340,00	1.264.080,00		
Item	Discriminação	Percentual dos usuários (%)	Dias úteis no mês (dias)	Quantidade de pessoas (un)	Total de vales no mês (un)	Preço do vale (real)	Total mensal médio dos vales (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual dos vales (real)
03.02.00	TRANSPORTE - ESCALA NORMAL 23	(27)	(28)	(29)	(30) ²	(31)	(32) = (30) x (31)	(33)		(34) = (32) x (33)
03.02.01	Vale-transporte cidade-satélite	70,00%	23,00	228,00	7.341,60	3,00	22.024,80	12,00	mês	264.297,60
03.02.02	Vale-transporte região do entorno	25,00%	23,00	228,00	2.622,00	3,30	8.652,60	12,00	mês	103.831,20
03.02.03	Vale-transporte Plano Piloto	5,00%	23,00	228,00	524,40	2,00	1.048,80	12,00	mês	12.585,60
03.02.04	Vale-transporte Esplanada (segundo transporte) ³	100,00%	23,00	228,00	10.488,00	1,50	15.732,00	12,00	mês	188.784,00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

obs. 1: Para efeito de cálculo desta planilha orçamentária será computado somente as categorias (devida à proporção adotada das moradias) com salários médios até o valor de: 3.469,17 reais										
obs. 2: (30) = (27) x (28) x (29) x 2obs. 3: Considerando que 100% das pessoas necessitarão de pegar um segundo transporte										
Somatório do vale-transporte sem o desconto - escala normal 26 dias						47.458,20		569.498,40		
Item	Discriminação			Percentual do desconto	Unidade do desconto	Total mensal médio das cat. de desc. (real)	Total mensal médio do desconto (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual do desconto (real)
03.03.00	DESCONTO do VALE-TRANSPORTE 23 DIAS			(35)		(36) ⁴	(37) = (35) x (36)	(38)		(39) = (37) x (38)
03.03.01	Desconto do vale-transporte			-6,00	%	201.703,12	-12.102,19	12,00	mês	-145.226,25
obs. 4: Descontado do somatório dos salários básicos das categorias levadas em consideração para efeito do cálculo do vale-transporte nesta planilha orçamentária										
Somatório do subitem vale-transporte - escala normal 23						35.356,01		424.272,15		
B	Somatório do item 03.00.00					MENSAL: R\$ 140.696,01		ANUAL	R\$ 1.688.352,15	
04.00.00 BENEFÍCIOS ESPECIAIS										
Item	Discriminação	Idade média das pessoas (anos)	Perc. de óbitos / 1.000 IBGE	Quantidade de pessoas (un)	Quant. de beneficiários (un)	Indenização por óbito (real)	Total mensal médio do auxílio funeral (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual do auxílio funeral (real)
04.01.00	AUXÍLIO FUNERAL	(46)	(47)	(48)	(49) ⁶	(50)	(53) = (52) / (51)	(51)		(52) = (49) x (50)
04.01.01	Auxilio funeral conforme cláusula décima quarta da convenção do SINDISERVIÇOS/DF	30,00	2,139	229,00	0,490	1.000,00	40,82	12,00	mês	489,83
Dados: Idade média considerada = 30 anos e taxa de mortalidade de 2,139 pessoas a cada mil (fonte IBGE) - 2006obs. 6: (49) = (47) x (48) / 1.000										
Item	Discriminação				Quant. de contratados (un)	Valor mensal da contribuição p/ pessoa (real)	Total mensal médio da contribuição (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual da contribuição odontológica (real)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

04.02.00	ASSISTÊNCIA MÉDICA e ODONTOLÓGICA				(54)	(55)	(56) = (54) x (55)	(57)		(58) = (56) x (57)
04.02.01	Auxílio odontológico conforme cláusula décima quinta da convenção do SINDISERVIÇOS/DF				229,00	4,00	916,00	12,00	mês	10.992,00
B	Somatório do item 04.00.00					MENSAL:	R\$ 956,82	ANUAL		R\$ 11.481,83
Item	Discriminação	Quantidade anual de equipamentos	Unidade do equipamento	Preço de aquisição do equipamento (real)	Preço total dos equipamentos (real)	Perc. provável depr./ juros e manutenção (%)	Total mensal médio dos equipamentos (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual dos equipamentos (real)
05.00.00	EQUIPAMENTOS									
05.01.00	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	(63)		(64)	(65) = (63) x (64)	(66) ⁸	(67) = (65) x (66)%	(68)		(69) = (67) x (68)
05.01.01	Aspirador Industrial Água e Pó (Ref. Karcher A2104 ou Eletrolux GT 3000 PRO ou Compact 320 da Soteco)	24,00	un	280,87	6.740,88	3,6415	245,47	12,00	mês	2.945,62
05.01.02	Aspirador Doméstico Pequeno (Ref. Eletrolux Silent Prof ou Karcher A2003 ou Leo da Soteco)	6,00	un	257,55	1.545,30	3,6415	56,27	12,00	mês	675,26
05.01.03	Aspirador Floorvac 1500 20 litros (ref. WAP ou Compact 300 da Soteco)	2,00	un	1.196,45	2.392,90	3,6415	87,14	12,00	mês	1.045,65
05.01.04	Carrinho Funcional para Limpeza (Ref. TTS 380 S, completo s ou Tomki 1021)	6,00	un	416,11	2.496,66	3,6415	90,92	12,00	mês	1.090,99
05.01.05	Carro Container p/ Coleta de Lixo cap.120 litros, com 02 rodízios pneumáticos (Ref. Soluvam ou Contenur C-120 ou Rubbermaid ou Fiberglass)	4,00	un	177,27	709,08	3,6415	25,82	12,00	mês	309,85
05.01.06	Carro Container p/ Coleta de Lixo cap. 600 litros com 02 rodízios pneumáticos (Ref. Soluvam ou Contenur ou Rubbermaid ou Fiberglass)	6,00	un	1.384,86	8.309,16	3,6415	302,58	12,00	mês	3.630,92
05.01.07	Carro plataforma para transporte de materiais (ref. Marcon TM 52 ou Rubbermaid ou Fiberglass)	3,00	un	1.381,15	4.143,45	3,6415	150,88	12,00	mês	1.810,60
05.01.08	Cinto de Segurança tipo pára-quedas (ref. MG Cinto MG 1841C ou Proteger)	2,00	un	32,17	64,34	3,6415	2,34	12,00	mês	28,12
05.01.09	Fita de isolamento de área - 100m (mod. 19398 ref. Nippom Safety ou Mexplac)	2,00	un	8,61	17,22	3,6415	0,63	12,00	mês	7,52
05.01.10	Enceradeira Industrial Grande 510MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	3,00	un	1.480,95	4.442,85	3,6415	161,79	12,00	mês	1.941,43



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

05.01.11	Enceradeira Industrial Média 410MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	9,00	un	1.353,27	12.179,43	3,6415	443,51	12,00	mês	5.322,15
05.01.12	Enceradeira Industrial Pequena 350MM (Ref. Bandeirante, Karcher ou Cleaner)	3,00	un	1.089,40	3.268,20	3,6415	119,01	12,00	mês	1.428,13
05.01.13	Escada em Alumínio com 6 degraus (ref. Alulev ou Art Factory)	6,00	un	130,12	780,72	3,6415	28,43	12,00	mês	341,16
05.01.14	Lavadora de Alta Pressão (ref. Wap L2600 ou L2800 ou Eletrolux L2400)	2,00	un	3.791,38	7.582,76	3,6415	276,13	12,00	mês	3.313,50
05.01.15	Lavadora e Secadora Automática de Piso (ref. Plataforma LST 51B ou Johnson Diversey Aquamat 45 ou Comac Simpla 45 E/45 B)	2,00	un	8.766,25	17.532,50	3,6415	638,44	12,00	mês	7.661,32
05.01.16	Limpadora a Vapor de Aquecimento Rápido (ref. Sky Wap max ou Karcher)	5,00	un	653,40	3.267,00	3,6415	118,97	12,00	mês	1.427,61
05.01.17	Sistema de Comunicação Móvel (célular ou rádio motorola ET150)	16,00	un	625,00	10.000,00	3,6415	364,15	12,00	mês	4.369,78
05.01.18	Varredora Coletora p/ Estacionamento (ref. Eureka Picobello 151ou Karcher T500)	2,00	un	2.197,00	4.394,00	3,6415	160,01	12,00	mês	1.920,08
05.01.19	Pulverizador 20 litros (Vonder)	2,00	un	184,96	369,92	3,6415	13,47	12,00	mês	161,65
05.01.20	Aparelho odorizador automático (Columbus Brasil) e refis	60,00	un	20,04	1.202,40	3,6415	43,79	12,00	mês	525,42
05.01.21	Pulverizador 20 litros (Vonder)	2,00	un	184,96	369,92	3,6415	13,47	12,00	mês	161,65
05.01.22	Aparelho odorizador automático (Columbus Brasil) e refis	60,00	un	20,04	1.202,40	3,6415	43,79	12,00	mês	525,42

obs. 8: O percentual está conforme a tabela de determinação do custo provável de Equipamentos - planilha anexa

B	Somatório do item 05.00.00					MENSAL:	R\$ 3.518,55	ANUAL	R\$ 42.222,60
----------	-----------------------------------	--	--	--	--	----------------	---------------------	--------------	----------------------

Item	Discriminação			Qtde. mensal de material de consumo	Unidade do material de consumo	Preço do material de consumo (real)	Total mensal médio de material de consumo (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual dos materiais de consumo (real)
06.00.00 MATERIAL DE CONSUMO										
06.01.00	MATERIAIS DIVERSOS			(70)		(71)	(72) = (70) x (71)	(73)		(74) = (72) x (73)
06.01.01	Água Sanitária			486,00	lt	0,69	335,34	12,00	mês	4.024,08
06.01.02	Álcool líquido			400,00	lt	2,45	980,00	12,00	mês	11.760,00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

06.01.03	Brilho Inox em Spray (ref. 3M) embalagem 500 ml		7,00	embal.	24,51	171,57	12,00	mês	2.058,84
06.01.04	Cera Impermeabilizante Acrílico (ref. Traffic, fabric. Johnson Diversey)		4,00	bombona 5l	57,69	230,76	12,00	mês	2.769,12
06.01.05	Cera Líquida Incolor concentrada, diluição 1/10 ref. Audax ou similar		3,00	bombona 5l	90,00	270,00	12,00	mês	3.240,00
06.01.06	Cera Polidora de pintura, em pasta (ref. Grand Prix ou similar)		3,00	lt 200g	6,48	19,44	12,00	mês	233,28
06.01.07	Desinfetante líquido (referência Vero Plus, diluição 1/100, ou similar)		37,00	bombona 5l	56,86	2.103,82	12,00	mês	25.245,84
06.01.08	Detergente Alcalino p/ Limpeza Geral, diluição 1/100 (ref. Esmerol)		1,00	gl 5lt	89,90	89,90	12,00	mês	1.078,80
06.01.09	Desodorizante (referência Bom Ar ou similar) - lata/spray 400 ml		102,00	un	6,19	631,38	12,00	mês	7.576,56
06.01.10	Detergente líquido neutro (referência Vero Plus, diluição 1/100, ou similar)		37,00	bomba 5lt	41,86	1.548,82	12,00	mês	18.585,84
06.01.11	Disco Hi-Pro – 510mm ref. 3M ou similar		2,00	un	86,34	172,68	12,00	mês	2.072,16
06.01.12	Disco p/ Polidora High Speed, polidor, para retirada de marcas, de fibra natural , ref. 3M - pêlo de porco – restaurador		1,00	un	50,61	50,61	12,00	mês	607,32
06.01.13	Disco Remomível para enceradeira, 350mm, verde, ref. 3M ou similar		3,00	un	8,89	26,67	12,00	mês	320,04
06.01.14	Disco Remomível para enceradeira, 410mm, verde, ref. 3M ou similar		3,00	un	12,87	38,61	12,00	mês	463,32
06.01.15	Disco Remomível para enceradeira, 510mm, verde, ref. 3M ou similar		2,00	un	19,23	38,46	12,00	mês	461,52
06.01.16	Disco Remomível para enceradeira, 350mm, branco, ref. 3M ou similar		2,00	un	8,97	17,94	12,00	mês	215,28
06.01.17	Disco Remomível para enceradeira, 410mm, branco, ref. 3M ou similar		2,00	un	12,87	25,74	12,00	mês	308,88
06.01.18	Disco Remomível para enceradeira, 510mm, branco, ref. 3M ou similar		1,00	un	19,10	19,10	12,00	mês	229,20
06.01.19	Escova de Nylon Multiuso Manual, 13 x 6,5 cm, fibras de aprox 2,5 cm		4,00	un	1,80	7,20	12,00	mês	86,40
06.01.20	Esponja Dupla Face, ref 3M ou similar		113,00	und	0,40	45,20	12,00	mês	542,40
06.01.21	Esponja de Aço 60g (ref. Bombril, Assolan ou similar)		22,00	pct 8 und	10,11	222,42	12,00	mês	2.669,04
06.01.22	Estopa		2,00	pct 500g	2,05	4,10	12,00	mês	49,20
06.01.23	Flanela em Peça, 40x60 cm, ref. Copa Limpa ou similar		189,00	un	0,88	166,32	12,00	mês	1.995,84



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

06.01.24	Limpador Desinfetante (Ref. Drastic 700ml)			5,00	un	12,53	62,65	12,00	mês	751,80
06.01.25	Limpa Carpete diluível 1/20 (Ref. Briosol)			7,00	bomba 5lt	30,02	210,14	12,00	mês	2.521,68
06.01.26	Limpa Pedra diluível 1/5 (Ref. Start)			4,00	bomba 5lt	16,38	65,52	12,00	mês	786,24
06.01.27	Limpa Vidro (Ref. Start)			30,00	und 500ml	1,56	46,80	12,00	mês	561,60
06.01.28	Limpador Multi-Usado diluível 1/20 (Ref. Ajax Fresh)			139,00	und. 500ml	3,17	440,63	12,00	mês	5.287,56
06.01.29	Lustra Móveis (Ref. Worker ou similar)			114,00	um 200ml	1,43	163,02	12,00	mês	1.956,24
06.01.30	Luva de Latéx c/ Forro, ref. DA-299 Confort Latéx, comprimento 29 cm, fabric. Danny ou similar			109,00	par	1,69	184,21	12,00	mês	2.210,52
06.01.31	Máscara Filtradora Descartável, ref. 3M ou similar			22,00	un	0,15	3,30	12,00	mês	39,60
06.01.32	Papel Higiênico, IHR-25, profissional, Inovatta, folha dupla, fabric. Santher (rolo 250 m)			250,00	pct 8und	70,98	17.745,00	12,00	mês	212.940,00
06.01.33	Papel toalha interfolhado (referência Inovatta, fabric. Santher ou similar), caixa com 2.400 folhas, folha dupla, tamanho 23 x 20 cm			560,00	cx 2400fl	33,37	18.687,20	12,00	mês	224.246,40
06.01.34	Pedra Sanitária eucalipto, 35 g, fabric Zupp ou similar			3,00	cx 96un	46,88	140,64	12,00	mês	1.687,68
06.01.35	Polidor p/ Metais, ref. Silvo ou similar			10,00	und. 200ml	6,25	62,50	12,00	mês	750,00
06.01.36	Removedor p/ piso Impermeabilizado (Sistema Metalic 100 UHS, diluível 1/8 até 1/20, fabric. Indeba)			28,00	bomba 5lt	70,07	1.961,96	12,00	mês	23.543,52
06.01.37	Restaurador Sistema Metalic HS, Metalic 40 (diluível até 1/4), fabric. Indeba			1,00	bomba 5lt	46,20	46,20	12,00	mês	554,40
06.01.38	Sabão de Coco, fabric. Minuano ou similar, 100g			42,00	pc 5un	0,79	33,18	12,00	mês	398,16
06.01.39	Sabonete em Pedra, ref. Lux Lavanda, 90g, fabric. Unilever ou similar			124,00	un	0,65	80,60	12,00	mês	967,20
06.01.40	Sapólio Rádium em Pedra, fabric. Bombril ou similar			31,00	und 200gr	1,42	44,02	12,00	mês	528,24
06.01.41	Sabonete Líquido Nobla 5 litros ref. Johnson Diversey ou similar			29,00	bomba 5lt	18,75	543,75	12,00	mês	6.525,00
06.01.42	Saco de Pano para Limpeza, tamanho 1,00 x 0,60 m			161,00	un	1,79	288,19	12,00	mês	3.458,28
06.01.43	Saco Descartável p/ Aspirador Electrolux (kit filtro – 3 unidades de 10L)			25,00	un	17,05	426,25	12,00	mês	5.115,00
06.01.44	Saco Plástico p/ Lixo 100 L Azul			6.000,00	un	0,23	1.380,00	12,00	mês	16.560,00
06.01.45	Saco Plástico p/ Lixo 100 L Vermelho			7.500,00	un	0,28	2.100,00	12,00	mês	25.200,00
06.01.46	Saco Plástico p/ Lixo 100 L Preto			10.000,00	un	0,19	1.900,00	12,00	mês	22.800,00
06.01.47	Saco Plástico p/ Lixo 20 L Preto			15.000,00	un	0,05	750,00	12,00	mês	9.000,00
06.01.48	Selador Sistema Metalic HS, Metalic 3, fabric. Indeba			4,00	bomba 5lt	69,96	279,84	12,00	mês	3.358,08
B	Somatório do item 06.00.00						MENSAL: R\$ 54.861,68		ANUAL	R\$ 658.340,16



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

Item	Discriminação	Estoque inicial de material de cons. durável	Qtde. mensal de mat. de cons. durável	Qtde. média anual de mat. cons. durável	Unidade do material de consumo	Preço do material de consumo (real)	Total mensal médio de material de consumo (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual dos materiais de consumo (real)
07.00.00 MATERIAL DE CONSUMO DURÁVEL		no 1º mês	do 2º ao 12º mês	no ano						
07.01.00	MATERIAIS DIVERSOS	(75)	(76)	(77) ⁸		(78)	(81) = (80) / (79)	(79)		(80) = (77) x (78)
07.01.01	Avental Plástico	8,00	1,00	19,00	un	9,81	15,53	12,00	mês	186,39
07.01.02	Balde Plástico 12 Litros	120,00	6,00	186,00	un	3,50	54,25	12,00	mês	651,00
07.01.03	Balde Plástico 60 Litros	10,00	1,00	21,00	un	17,39	30,43	12,00	mês	365,19
07.01.04	Bonnets fibra curta c/esfregão p/ carpete P269(48,3 cm) 430mm fabricação Rubbermaid ou SPARTA	5,00	0,09	6,00	un	127,75	63,88	12,00	mês	766,50
07.01.05	Bota de Borracha nº 40 Cano Médio cor preta	10,00	0,09	11,00	un	27,18	24,92	12,00	mês	298,98
07.01.06	Capa p/ Chuva com capúz cor amarela tamanho "G"	6,00	0,09	7,00	un	14,45	8,43	12,00	mês	101,15
07.01.07	Escova de Nylon p/ Enceradeira 350mm CLEANER	2,00	0,09	3,00	un	15,52	3,88	12,00	mês	46,56
07.01.08	Escova de Nylon p/ Enceradeira 410mm CLEANER	9,00	0,09	10,00	un	20,44	17,03	12,00	mês	204,40
07.01.09	Escova de Nylon p/ Enceradeira 510mm CLEANER	3,00	0,09	4,00	un	29,04	9,68	12,00	mês	116,16
07.01.10	Fita p/ isolamento de área zebraada amarela e preto ultra resistente 7,6cm x 200m	1,00	0,09	2,00	rolo	5,72	0,95	12,00	mês	11,44
07.01.11	Combinado Rodo limpa vidros 25cm 4x1 de polietileno de alta impacto ref. 1401 TOMKI, Bralimpia ou similar	10,00	0,09	11,00	un	30,13	27,62	12,00	mês	331,43
07.01.12	Placa p/ Sinalização Piso Molhado em polipropileno tipo cavalete compacto 33x41cm dobrável ref. GC 143 SETON/TONKI 1705	20,00	0,09	21,00	un	25,51	44,64	12,00	mês	535,71
07.01.13	Extensão com carretel 2X2,5mm2 X 20,00 m- SUPORTE COM CARRETEL INJETADO EM POLIPROPILENO COM DIÂMETRO DE 290 MM COM 3 TOMADAS UNIVERSAIS.	20,00	0,09	21,00	un	98,09	171,66	12,00	mês	2.059,89
07.01.14	Espátula de aço com cabo de madeira 4" 101x185mm cabo amarelo fabricação MAX Ferramentas	4,00	0,09	5,00	un	6,05	2,52	12,00	mês	30,25
07.01.15	Mop água / úmido médio 340 gr ALGODÃO com ponta CORTADA 340 fabricação TOMKI/ CONCISE/ TTS ou similar	6,00	0,09	7,00	un	8,67	5,06	12,00	mês	60,69



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

07.01.16	Fibra p/ Limpeza Geral - Manta não tecida de fibras sintéticas com metal abrasivo espessura 16mm dim.: 102x260 mm verde escuro (Scottch-Brite MR fabricação 3M)	10,00	5,00	65,00	un	1,07	5,80	12,00	mês	69,55
07.01.17	Mangueira Top cristal Ø3/4"x 50 m PVC flexível, camada em poliéster trançado , para pressões de 6 bar Tramontina Mult ou similar	2,00	0,09	3,00	un	212,37	53,09	12,00	mês	637,11
07.01.18	Máscara Protetora p/ Gases fabricação série 7500 CA 12011 3M, CARBOGRAFIT ou similar	5,00	0,09	6,00	un	89,50	44,75	12,00	mês	537,00
07.01.19	Mop Pó Supertat referência J453 Completo, cor azul, 61cm (fabricação Rubbermaid ou similar)	8,00	0,09	9,00	un	57,19	42,89	12,00	mês	514,71
07.01.20	Óculos de Segurança de Ampla Visão CA 14056 3M	5,00	0,09	6,00	un	4,85	2,43	12,00	mês	29,10
07.01.21	Pá p/ Lixo Plástica/Galvanizada com cabo longo 90 cm ref. 15300 maca Tomki,São Bernardo, Madetec ou similar	47,00	2,00	69,00	un	4,25	24,44	12,00	mês	293,25
07.01.22	Protetor auricular Siliconizado - Protetor Auditivo 1310 contra ruídos tipo plugue de canal com haste (prende os pluges firmemente nos ouvidos) fabricação 3M	5,00	2,00	27,00	par	0,95	2,14	12,00	mês	25,65
07.01.23	Regador de 10 L. Verde em Chapa e Tinta Epoxi e Duas Asas JC19062 fabricante JARDINCENTRO	3,00	0,09	4,00	un	12,98	4,33	12,00	mês	51,92
07.01.24	Rodo p/ Pia de Banheiro manual, anatômico fabricante Guirado/ Bettani/ Dalcim	35,00	3,00	68,00	un	2,50	14,17	12,00	mês	170,00
07.01.25	Rodo 40cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50 cm Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	90,00	5,00	145,00	un	3,05	36,85	12,00	mês	442,25
07.01.26	Rodo 60cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50m Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	20,00	5,00	75,00	un	13,61	85,06	12,00	mês	1.020,75
07.01.27	Rodo 90cm de madeira/plástico (borracha dupla) com cabo 1,50m Marcas Tomki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	10,00	2,00	32,00	un	6,61	17,63	12,00	mês	211,52
07.01.28	Suporte LT (esfregão) 3M (SCOTTCH-BRITE)	10,00	0,18	12,00	un	14,71	14,71	12,00	mês	176,52
07.01.29	Vassoura de Pêlo 40cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	20,00	3,00	53,00	un	5,36	23,67	12,00	mês	284,08
07.01.30	Vassoura de Pêlo 60cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	10,00	2,00	32,00	un	6,55	17,47	12,00	mês	209,60
07.01.31	Vassoura de Pêlo 90cm nylon com cabo 1,50m marcas Tommki, Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	6,00	2,00	28,00	un	32,68	76,25	12,00	mês	915,04



Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

07.01.32	Vassoura Piaçava nº 3 com cabo 1,50m marca Guirado, Bettani, Dalcim ou similar	30,00	2,00	52,00	un	5,01	21,71	12,00	mês	260,52
07.01.33	Vassoura p/ Vaso Sanitário com cabo de madeira fabricante Guirado/ Bettani/ Dalcim	80,00	10,00	190,00	un	1,82	28,82	12,00	mês	345,80
obs. 8: (77) = (75) + (76) x 11										
B	Somatório do item 07.00.00					MENSAL:	R\$ 996,68		ANUAL	R\$ 11.960,11
C	CUSTO PARCIAL DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA [somatório dos totais dos itens anteriores - (A + B)]					MENSAL:	R\$ 534.423,39		ANUAL:	R\$ 6.413.080,66
Item	Discriminação			Percentual do BDI	Unidade do BDI	Custo total mensal do contrato (real)	Total mensal médio do BDI sobre o custo parcial (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual do BDI sobre o custo parcial (real)
08.00.00 BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS SOBRE CUSTO PARCIAL										
08.01.00	BDI ou TAXA de ADMINISTRAÇÃO sobre (A + B)			(68)		(69)	(70) = (68) x (69)	(71)		(72) = (70) x (71)
08.01.01	Taxa do BDI (conforme tabela anexa)			21,51	%	534.423,39	114.954,47	12,00	mês	1.379.453,65
D	VALOR PARCIAL (1) DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (C + BDI)					MENSAL:	R\$ 649.377,86		ANUAL:	R\$ 7.792.534,31
Item	Discriminação						Total mensal médio do 13º sem encargos (real)	Quantidade de salário no ano (un)	Total mensal médio das categorias (real)	Total anual do 13º salário sem os encargos básicos (real)
09.00.00 LEIS SOCIAIS - COMPLEMENTARES										
09.01.00	13º SALÁRIO sem os ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS						(16) = (15) / 12	(13)	(14)	(15) = (13) x (14)
09.01.01	13º salário (um mês de salário - por ano)						17.158,96	1,00	205.907,57	205.907,57
				Percentual	Unidade dos	Total mensal	Total mensal	Prazo	Unidade	Total anual dos en



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

Item	Discriminação			dos encargos sociais básicos	encargos (%)	médio do 13º (real)	médio dos en- cargos (real)	do contrato	do prazo contratual	cargos sociais básicos (real)
09.02.00	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS sobre o 13º SALÁRIO			(17)		(18)	(19) = (17) x (18)	(20)		(21) = (19) x (20)
09.02.01	Encargos sociais básicos (conforme tabela anexa)			35,80	%	17.158,96	6.142,91	12,00	mês	73.714,91
E1	Somatório do subitem LS - 13º salário com os encargos sociais básicos					23.301,87			279.622,48	
Item	Discriminação			Percentual do BDI	Unidade do BDI	Custo total mensal do 13º salário (real)	Total mensal médio do BDI so- bre o 13º (real)	Prazo do contrato	Unidade do prazo contratual	Total anual do BDI sobre o 13º (real)
09.03.00	BDI ou TAXA de ADMINISTRAÇÃO sobre o 13º			(68)		(69)	(70) = (68) x (69)	(71)		(72) = (70) x (71)
09.03.01	Taxa do BDI (conforme tabela anexa)			21,51	%	23.301,87	5.012,23	12,00	mês	60.146,80
E	VALOR PARCIAL (2) DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (E1 + BDI)					MENSAL:	R\$ 28.314,11		ANUAL:	R\$ 339.769,28
F	VALOR TOTAL DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA [soma dos valores parciais 1 e 2 - (D + E)]					MENSAL:	R\$ 677.691,97		ANUAL:	R\$ 8.132.303,59
Mauro Moura Severino Engenheiro Eletricista – CREA 45403/D MG Diretor da CAENG										
O máximo preço GLOBAL aceitável para o presente orçamento é de: R\$ 8.132.303,59										
(oito milhões, cento e trinta e dois mil, trezentos e três reais e cinquenta e nove centavos)										



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

COMPONENTES DO BDI	PERCENTUAL	%	INCIDÊNCIA	IMPOSTOS	PERCENTUAL	%	OUTROS COMPONENTES DO BDI (1)	PERCENTUAL	%	INCIDÊNCIA	
ADM. CENTRAL	1,380	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO	PIS	1,65	%	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
LUCRO BRUTO	2,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO	COFINS	7,60	%	CANTEIRO DE OBRA	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
IMPOSTOS	14,250	%	SOBRE O PREÇO DE VENDA DO EMPREENDIMENTO	ISS	5,00	%	MOB. PESSOAL E EQUIPAMENTOS	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
IMPREVISTOS	0,272	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO			%	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
DESP. FINANCEIRAS	0,487	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO			%	SEGUROS	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
OUTROS COMPONENTES	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO			%	TAXAS E EMOLUMENTOS	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
	21,51					%	DIVERSOS (2)	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO	
FÓRMULA	BDI = $\frac{(1 + X) \times (1 + Y) \times (1 + Z) \times (1 + R) - 1}{(1 - I)}$										
										TRIBUTO	RETENÇÃO
										IR =	4,80
										CSLL =	1,00
										PIS =	0,65
										COFINS =	3,00
										ISS =	5,00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

1.00	VARIÁVEIS		
1.01	Horas de trabalho por semana	44,0000	horas
1.02	Total de dias na semana	7,0000	dias
1.03	Dias úteis na semana (segunda a sexta)	5,0000	dias
1.04	Dias no ano bissexto	366,0000	dias
1.05	Dias no ano comum	365,0000	dias
1.06	Meses por ano	12,0000	meses
1.07	Meses úteis no ano	11,0000	meses
2.00	CONSIDERAÇÕES		
2.01	Prazo médio de execução de um serviço ***	24,0000	meses
2.02	Rotatividade média de pessoal nas Prestadoras de Serviços de Limpeza ***	22,5000	meses
2.03	Feriados no ano não coincidentes, inclusive recessos	12,0000	feriados
2.04	Taxa média de beneficiários do INSS ***	10,0000	%
2.05	Taxa média de beneficiários da Licença a Paternidade ***	15,0000	%
2.06	Taxa média de homens nas Prestadoras de Serviços de Limpeza ***	50,0000	%
2.07	Taxa média de Aviso Prévio Indenizado ***	18,0000	%
3.00	LEIS		
3.01	Remuneração extra das Férias	33,3333	%
3.02	Dias pagos pelo empregador no Auxílio Enfermidade	15,0000	dias
3.03	Taxa de depósito por despedida injusta (sobre o FGTS)	50,0000	%
3.04	Número de dias de Licença a Paternidade	5,0000	dias
4.00	PARÂMETROS DIVERSOS		
4.01	Horas de trabalho por dia (segunda a sexta)	8,8000	horas
4.02	Repouso semanal (embutido no salário mensal)	7,3333	horas
4.03	Horas por semana inclusive o repouso	51,3333	horas
4.04	Dias médios no ano	365,2500	dias
4.05	Dias médios por mês	30,4375	dias
4.06	Dias úteis no mês (exceto sábados e domingos)	21,7411	dias
4.07	Dias úteis no mês (exceto sábados, domingos e feriados)	20,7411	dias
4.08	Semanas por ano	52,1786	semanas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

4.09	Semanas por mês	4,3482	semanas
4.10	Horas por mês	223,2083	horas
4.11	Número de sábados e domingos no ano	104,3571	dias
4.12	Número de dias de repouso remunerado (domingos) no ano	47,8304	dias
4.13	Horas por ano	2.678,5000	horas
5.00	NÚMERO TOTAL DE HORAS NO ANO		
5.01	Horas totais médias por ano	2.678,5000	horas
6.00	CÁLCULO DO NÚMERO TOTAL DE HORAS NÃO TRABALHADAS NO ANO		
6.01	Repouso semanal remunerado	350,7560	horas
6.02	Feriados	105,6000	horas
6.03	Férias	223,2083	horas
6.04	Auxílio Enfermidade	13,2000	horas
6.05	Licença a Paternidade	3,3000	horas
6.06	Total de horas médias não trabalhadas	696,0643	horas
7.00	NÚMERO TOTAL DE HORAS PRODUTIVAS	1.982,4357	horas
7.01	Horas médias para base de cálculo	2.455,2917	horas
***	Dados estatísticos		



LEIS
SOCIAIS -
DETEC -
CAENG -
NÚCLEO DE
ORÇAMENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: 106.228 /
2011

Data: 9 de junho de 2011

A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	35,80 %
A.1	Previdência Social	20,00 %



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

A.2	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8,00 %
A.3	Salário Educação	2,50 %
A.4	Serviço Social do Comércio (SESC)	1,50 %
A.5	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC)	1,00 %
A.6	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60 %
A.7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20 %
A.8	Seguro contra o Riscos de Acidentes do Trabalho (SAT)	2,00 %
A.9	Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (SECONCI) (não considerado para as firmas de prestação de serviços de mão de obra)	0,00 %
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	12,34 %
B.1	Repouso Semanal (não considerado para mensalistas)	0,00 %
B.2	Feriados (não considerado para mensalistas)	0,00 %
B.3	Auxílio Enfermidade	0,00 %
B.4	Licença a Paternidade	0,00 %
B.5	13º Salário (provisionado à parte pela Câmara)	0,00 %
B.6	Férias	11,60 %
B.7	Aviso Prévio Trabalhado	0,74 %



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	1,68 %
C.1	Depósito por Despedida Injusta: 50 % sobre [A2 + (A2 x B)]	0,81 %
C.2	Aviso Prévio Indenizado	0,87 %
D	TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS E OUTROS	6,42 %
D.1	Reincidência de A sobre B	4,42 %
D.2	Pessoal de Reposição (Variável para cada tipo de serviço - (1 a 4) %) (Este item elimina os itens B.3 e B.4)	2,00 %
TOTAL DAS LEIS SOCIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		56,24 %

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 6

MODELO DOS ARQUIVOS

Modelos dos arquivos com os campos necessários para conferência das informações exigidas nas alíneas “a”, “d” e “f” do subitem 4.2.2 do Anexo n. 2:

1. Folha de Pagamento

- MATRÍCULA
- CPF
- NOME
- DATA ADMISSÃO
- FUNÇÃO/CATEGORIA
- SALÁRIO BASE
- DIAS TRABALHADOS
- GRATIFICAÇÕES
- HORAS EXTRAS NORMAIS (50, 70 e 100%)
 - QUANTIDADE DE HORAS
 - DATA DA REALIZAÇÃO
- HORAS EXTRAS NOTURNAS (50, 70 e 100%)
 - QUANTIDADE DE HORAS
 - DATA DA REALIZAÇÃO
- ADICIONAL
 - NOTURNO
 - INSALUBRIDADE
 - PERICULOSIDADE
- FÉRIAS
 - 1/3
 - ABONO PECUNIÁRIO
 - PERÍODO AQUISITIVO
 - PERÍODO DE GOZO
- ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO
 - PROPORCIONALIDADE (AVOS)
- AUXÍLIO
 - ALIMENTAÇÃO
 - TRANSPORTE
- DIFERENÇA
 - FÉRIAS
 - AUXÍLIO
 - ALIMENTAÇÃO
 - TRANSPORTE
- SALÁRIO FAMÍLIA
- DIÁRIAS
- ABONO
- SALÁRIO BRUTO
- AFASTAMENTOS (PREVISTOS PELA CLT)
- FALTAS
- DESCONTOS
 - IMPOSTO DE RENDA



- INSS
- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
- AUXÍLIO TRANSPORTE
- PENSÃO ALIMENTÍCIA
- SALÁRIO FAMÍLIA
- RECEBIMENTOS INDEVIDOS (A DISCRIMINAR)
- CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
 - ANUAL
 - MENSAL
 - DISSÍDIO COLETIVO
- FGTS (A RECOLHER)
- SALÁRIO LÍQUIDO

2. 13º salário

- MATRÍCULA
- CPF
- NOME
- DATA ADMISSÃO
- DATA DEMISSÃO
- FUNÇÃO/CATEGORIA
- SALÁRIO BASE
- ADICIONAIS (DISCRIMINAR)
- DESCONTOS (DISCRIMINAR)
- PROPORCIONALIDADE (AVOS)
- DIFERENÇA

3. Quitação bancária

- CPF
- NOME
- FUNÇÃO
- VALOR DEPOSITADO
- AGÊNCIA
- CONTA CORRENTE

OBSERVAÇÕES:

A Contratada deverá entregar à Câmara dos Deputados, mensalmente, espelhos da folha de pagamento, de substituições, de rescisões e de quitação bancária em arquivos eletrônicos em formato "XML", com "XML SCHEMA" a ser definido pela Câmara dos Deputados, devendo apresentar a nota fiscal/fatura para pagamento somente após encaminhar todos os comprovantes de repasse dos valores aos empregados, obedecido ao disposto no Título 4 do Anexo n. 2 do Edital.

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 7

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das pessoas jurídicas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);



6. CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as pessoas jurídicas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;



- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por pessoas jurídicas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.



Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais. Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –
ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES Presidente da Associação dos Juízes Federais do
Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 8

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A (ADJUDICATÁRIA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, EM PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de dois mil e onze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a (ADJUDICATÁRIA), situada na (endereço e cidade), inscrita no CNPJ sob o n. _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu (cargo na empresa), o senhor (nome e qualificação), residente e domiciliado em (cidade), perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo sob referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 134/11, doravante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços continuados na área de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, em prédios administrativos da CONTRATANTE, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e em seus anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) EDITAL e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 134/11;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de ____/____/____.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento),



em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato deverão ser executados com rigorosa observância ao disposto nos Anexos n. 1 e 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias após a assinatura deste Contrato.

Parágrafo segundo – Os serviços deverão ser realizados pela CONTRATADA, de forma a atender as seguintes necessidades:

- a) de segunda à sexta-feira, das 7 às 22 horas;
- b) aos sábados das 7 às 13 horas;
- c) quando houver Sessões Extraordinárias da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional ou, ainda, outras atividades que requeiram a execução dos serviços de limpeza e conservação em horário diverso dos estabelecidos nas alíneas “a” e “b”;

Parágrafo terceiro – Os horários de trabalho poderão ser alterados:

- a) pela CONTRATADA, mediante prévia comunicação ao órgão responsável, sempre que for necessário para realização dos serviços, respeitando-se o limite de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais por empregado;
- b) pelo órgão responsável, mediante comunicação prévia à CONTRATADA, de forma a atender o pleno desenvolvimento das atividades legislativas.

Parágrafo quarto – O órgão responsável, com vistas ao atendimento de necessidades excepcionais e particulares da CONTRATANTE, poderá estabelecer novos dias e horários, desde que previamente definidos e comunicados à CONTRATADA, a fim de evitar a realização de horas extras.

Parágrafo quinto – O labor extraordinário será, preferencialmente, alvo da compensação da jornada prevista nos dispositivos normativos pertinentes (§ 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva) admitido seu pagamento somente em hipóteses excepcionais, quando demonstrada, pelo órgão responsável, a impossibilidade de compensação de jornada.

Parágrafo sexto – Os serviços deverão ser executados nos seguintes locais:



- a) Edifício Deputado Flávio Marcílio, excluídas as áreas da banca de jornais, das cozinhas dos restaurantes e da lanchonete e incluídas as áreas da garagem, dos estacionamentos e dos galpões do serviço de obras da CONTRATANTE;
- b) Túnel de interligação do Ed. Anexo II com o Edifício Deputado Flávio Marcílio;
- c) Galpões localizados no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), trecho 5, lotes 40, 50 e 60;
- d) Sala Vip no Aeroporto Internacional de Brasília.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA, para execução deste Contrato, deverá utilizar equipamentos novos, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações em geral, observado o todo o disposto no Título 6 do “Caderno de Especificações” constante do Anexo n. 1 ao EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO QUADRO DE PESSOAL E DA REMUNERAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE quadro de pessoal para supervisão e execução dos serviços com, pelo menos, as seguintes quantidades, por categoria:

DESCRIÇÃO	QTDE. <u>mínima</u>	SALÁRIO DE <u>NO MÍNIMO</u>
Encarregado Geral	1	R\$ 4.204,45
Encarregado Setorial	1	R\$ 2.313,86
Encarregado de Serviço	12	R\$1.658,14
Servente	212	R\$829,06
Almoxarife	2	R\$1.243,62
Auxiliar de Encarregado	1	R\$1.243,62

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá manter o quantitativo mínimo de pessoal estabelecido no *caput* desta Cláusula, inclusive em caso de licença ou falta de qualquer empregado, observado o disposto no Título 2 do “Caderno de Especificações” constante do Anexo n. 1 ao EDITAL.

Parágrafo segundo – Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela CONTRATADA ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa da CONTRATANTE, além do uso de uniforme que identifique a CONTRATADA, atendendo ao disposto no



Título 4 do “Caderno de Especificações” constante do Anexo n. 1 ao EDITAL e nos itens 3.3 a 3.6 do Anexo n. 2 daquele instrumento editalício.

Parágrafo terceiro – Os salários fixados correspondem ao mês de abril/2011, devendo possíveis reajustes obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que a entidade de classe considerada pela CONTRATANTE como legítima representante da categoria profissional é o Sindicato dos Empregados de Asseio e Conservação de Brasília (SINDISERVIÇOS).

Parágrafo quarto – A aplicação dos reajustes salariais e benefícios concedidos sobre os valores pagos pela CONTRATANTE, em função de definições da Convenção Coletiva, deve ser submetida à análise do órgão responsável, que tomará as devidas providências junto a Administração da Casa.

Parágrafo quinto – Todo o acréscimo salarial devido ao empregado será calculado sobre o salário do mês a que se referir e discriminado em folha de pagamento.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA está obrigada a pagar os salários dos empregados até o quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo sétimo – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, a partir do primeiro dia da execução deste Contrato, auxílio-alimentação correspondente a (23) vinte e três dias por mês, cujo valor está fixado em R\$ 20,00 (vinte reais), por dia.

Parágrafo oitavo – O valor do auxílio-alimentação deverá ser integralmente repassado aos empregados.

Parágrafo nono – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, se for o caso, a partir do primeiro dia da execução deste Contrato, auxílio-transporte de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, correspondente a 23 (vinte e três dias) por mês.

Parágrafo décimo – Fica a critério da CONTRATADA, proceder às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL e neste instrumento contratual, além das instruções complementares do órgão responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única



empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

Parágrafo terceiro – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da CONTRATANTE não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA se obriga, em face do risco jurídico de seu negócio, a reembolsar a CONTRATANTE por todas as despesas decorrentes de eventual reconhecimento judicial de subsidiariedade ou solidariedade trabalhista ou previdenciária da CONTRATANTE em face de descumprimento pela CONTRATADA de obrigações de tal natureza.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo sexto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo oitavo – Obriga-se a CONTRATADA a manter o pagamento dos salários e das demais obrigações trabalhistas, devidas aos seus empregados, rigorosamente em dia.

Parágrafo nono – É obrigação da CONTRATADA, sem prejuízo da devida fiscalização, velar pelo integral cumprimento das normas trabalhistas aplicáveis à prestação do serviço, inclusive com total obediência aos preceitos da Convenção Coletiva da categoria, a exemplo da NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, mormente no tocante às horas extraordinárias, repouso semanal remunerado, pausas e intervalo intrajornada.

Parágrafo décimo – A CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência dos contratos de trabalho de seus empregados, realizará, a suas expensas, os exames médicos e complementares exigidos, mantendo, no escritório que lhe for destinado os respectivos comprovantes para verificação pelo órgão responsável.



Parágrafo décimo primeiro – A CONTRATADA deverá ministrar ginástica laboral aos seus funcionários, a suas expensas e sem possibilidade de ressarcimento, no mínimo duas vezes por semana. Para tanto realizará, a suas expensas, os exames médicos e complementares exigidos para verificar aptidão para prática de atividade física do funcionário.

Parágrafo décimo segundo – A CONTRATADA deverá promover, durante a vigência contratual, a suas expensas e sem possibilidade de ressarcimento, treinamento e cursos de atualização para todos os empregados, inclusive para as áreas de preservação ambiental e coleta seletiva de lixo, sempre que verificada a necessidade pelo órgão responsável, com objetivo de manter atualizados os seus empregados nas tarefas que deverão desenvolver.

Parágrafo décimo terceiro – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

Parágrafo décimo quarto – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 1 (um) dia útil após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao órgão responsável.

Parágrafo décimo quinto – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do órgão responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo décimo sexto – É proibida a veiculação de publicidade pela CONTRATADA acerca do serviço objeto deste Contrato.

Parágrafo décimo sétimo – É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, exceto quando se tratar de limpeza de esquadrias e brises externos, por empresa especializada.

Parágrafo décimo oitavo – Observada a legislação pertinente, a CONTRATADA deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura deste Contrato, dar início às providências necessárias para constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), especificamente relacionada com o objeto contratual, concluindo-se no prazo máximo de 2 (dois) meses, já contado o período de treinamento de seus componentes, os quais deverão manter entrosamento e integração de objetivos com a CIPA da própria CONTRATANTE.



CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas mencionadas no Anexo n. 3 ao EDITAL, não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas naquele dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO, e, ainda, no artigo 7º da Lei n. 10.520/02.

Parágrafo primeiro – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Administração Pública; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo segundo – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para dar início à prestação dos serviços, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor desta contratação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo terceiro – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

Parágrafo quarto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo quinto – Findo o prazo fixado, sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação dos serviços, além da multa prevista no parágrafo segundo desta Cláusula, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo sexto – Se a CONTRATADA, a qualquer tempo, deixar de prestar os serviços ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo sétimo – A falta de prestação da garantia contratual prevista na Cláusula Nona, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da assinatura deste Contrato, ensejará a aplicação das medidas previstas no item 6 do Anexo n. 3 ao EDITAL.

Parágrafo oitavo – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor da contraprestação mensal, observados sempre a reprovabilidade da conduta, o dolo ou a culpa e o disposto no parágrafo seguinte e sopesados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de acordo com a tabela constante do item 12 do Anexo n. 3 ao EDITAL.

Parágrafo nono – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo décimo primeiro – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo décimo segundo – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O preço total do presente Contrato é de R\$ ____ (_____), a ser pago em parcelas, de acordo com a seguinte composição mensal:

MONTANTE “A”

1. Salários de mão-de-obra.....R\$



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

2. Encargos Sociais (%)..... R\$

3. Subtotal Montante "A" (1+2)..... R\$

MONTANTE "B"

4. Grupo 1 do Montante "B" R\$

- Auxílio-Alimentação R\$

- Auxílio-Transporte R\$

- Uniforme R\$

- Equipamentos..... R\$

- Materiais de consumo..... R\$

- Materiais de consumo duráveis R\$

- Auxílio Funeral..... R\$

- Assistência Médica e Odontológica R\$

5. Subtotal do Mont. "A" + Grupo 1 do Mont. "B" (3+4)... R\$

6. Grupo 2 – Taxa de Administração (%)..... R\$

PREÇO BÁSICO MENSAL (5+6)..... R\$

7. Despesas com 13º salário R\$

PREÇO GLOBAL R\$

[(preço total mensal x 12) + despesas com 13º salário]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

Os serviços objeto deste Contrato, executados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE, serão pagos em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo primeiro – As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo órgão responsável, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos definidos no Anexo n. 3 ao EDITAL.

Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida



no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo órgão responsável.

Parágrafo terceiro – A instituição bancária, a agência e o número da conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo quarto – A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

Parágrafo quinto – Em relação às despesas com 13º salário, previstas na Cláusula anterior, deverão ser observadas as condições previstas no Título 7 “Caderno de Especificações” constante do Anexo n. 1 ao EDITAL.

Parágrafo sexto – Se vier a ocorrer a prorrogação contratual prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, a CONTRATADA obriga-se a antecipar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, referente ao período anterior à prorrogação.

Parágrafo sétimo – Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior, as despesas referentes à antecipação do 13º salário serão pagas à CONTRATADA mediante a apresentação, até o dia dez do mês subsequente ao da prorrogação contratual, de nota fiscal/fatura em separado, observadas as regras gerais de pagamento previstas nesta Cláusula.

Parágrafo oitavo – A não-observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços nas dependências da CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no Anexo n. 3 ao EDITAL.

Parágrafo nono – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo décimo – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do ateste do órgão responsável, e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de quitação da folha de pagamento específica do Contrato dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo as informações exigidas no Título 3 do Anexo n. 6 ao EDITAL, fornecida em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do recolhimento individualizado específico do Contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- c) cópia com autenticação bancária da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), específica do Contrato,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 134/2011
Processo n. 106.228/11

acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;

- d) espelho da folha de pagamento específica do Contrato, bem como espelho de substituições e rescisões, a serem elaborados em conformidade com o modelo apresentado no Título 1 do Anexo n. 6 ao EDITAL, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- e) comprovantes específicos do fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação referentes ao Contrato;
- f) quando do pagamento da verba do 13º salário, espelho das informações a ser elaborado em conformidade com o modelo apresentado no Título 2 do Anexo n. 6 ao EDITAL, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND) e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados;
- h) comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, imposto de renda, se for o caso, e demais encargos decorrentes de relações trabalhistas relativas ao pessoal contratado como trabalhador temporário ou como prestador de serviço autônomo.

Parágrafo décimo primeiro – O formato dos arquivos a serem fornecidos pela CONTRATADA, referidos nas alíneas “a”, “d” e “f” do parágrafo anterior, será definido pelo Centro de Informática, em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo segundo – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).



Parágrafo décimo terceiro – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o art. 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no art. 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo décimo quarto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo décimo quinto – O pagamento à CONTRATADA condiciona-se à comprovação do pagamento dos salários aos empregados e das respectivas obrigações fiscais e previdenciárias.

Parágrafo décimo sexto – À CONTRATANTE será autorizado recortar das faturas devidas à CONTRATADA os valores referentes aos salários, auxílios e a eventuais haveres trabalhistas resilitórios, inclusive os encargos legais deles decorrentes, devidos aos empregados da CONTRATADA, para repassá-los à conta corrente destes, bem como realizar os recolhimentos tributários, na ocorrência de uma das seguintes situações excepcionais:

- a) por ocasião da demonstração de incapacidade da CONTRATADA em efetuar os pagamentos aos seus empregados na data aprazada;
- b) por ocasião da não comprovação do pagamento por parte da CONTRATADA, na rescisão contratual, das indenizações rescisórias devidas aos empregados demitidos.

Parágrafo décimo sétimo – Fica facultado à CONTRATANTE provisionar os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários devidos pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente vinculada, aberta em nome da empresa, exclusivamente para esta finalidade, cuja movimentação deverá ser autorizada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO CRITÉRIO DE REPACTUAÇÃO DO PREÇO

O preço global anual contratado poderá ser repactuado, desde que observado interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação, cabendo à CONTRATADA, na oportunidade de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos deste Contrato, apresentando, inclusive, Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

Parágrafo único – Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, da convenção, do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, nos termos do artigo 5º do Decreto n. 2.271/97.



CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$ ____ (____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observado, ainda, o disposto no Título 5 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura deste Contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

Parágrafo segundo – O atraso na prestação da garantia ou a sua apresentação em desacordo com as disposições editalícias ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estabelecido para a garantia, sem prejuízo do disposto no parágrafo terceiro desta Cláusula.

Parágrafo terceiro – Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção, até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento, sem prejuízo das sanções previstas no item 6 do Anexo n. 3 do EDITAL.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2011NE_____, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.0001- Processo Legislativo

Natureza da Despesa

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de ____ / ____ a ____ / ____, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 57 da LEI, correspondente ao inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo único – Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Considera-se órgão responsável pela gestão do(s) serviço(s) objeto deste Contrato, a Coordenação de Administração de Edifícios do Departamento Técnico da CONTRATANTE, que indicará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com ____ (valor numérico e por extenso) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, de de 2011.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Rogério Ventura Teixeira

(nome)

Diretor-Geral

(cargo)

CPF n. 292.707.311-20

(CPF)

Testemunhas: 1) _____

2) _____

Brasília, 20 de julho de 2011.

José Martinichen Filho
Pregoeiro